



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO  
LASTRO-PB**

**MARIA DOS REMÉDIOS ELIAS SARMENTO**

**CAJAZEIRAS - PB  
2015**

**MARIA DOS REMÉDIOS ELIAS SARMENTO**

**ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO  
LASTRO-PB**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Graduação em Licenciatura Plena em História da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande como requisito para obtenção de nota e do título de licenciada em História.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemere Olímpio de Santana

**CAJAZEIRAS - PB  
2015**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)  
Denize Santos Saraiva Lourenço- Bibliotecária CRB/15-1096  
Cajazeiras - Paraíba

S246e Sarmiento, Maria dos Remédios Elias  
Ensino de história na educação de jovens e adultos: um estudo de caso na cidade do Lastro- PB. / Maria dos Remédios Elias Sarmiento. Cajazeiras, 2015.  
59f. il.  
Bibliografia.

Orientador (a): Prof(a). Rosemere O. de Santana.  
Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

1. Educação de jovens e adultos. 2. História- estudo e ensino. 3. EJA- ensino de história. 4. Escola Estadual Nestorina Abrantes. 5. Ensino Médio. I. Santana, Rosemere O. de. II. Título.

UFCG/CFP/BS

CDU -374.7

**MARIA DOS REMÉDIOS ELIAS SARMENTO**

**ENSINO DE HISTÓRIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E  
ADULTOS: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DO  
LASTRO-PB**

Aprovada em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemere Olímpio de Santana**  
Orientadora

---

**Prof. Me. Leonardo Bruno Farias**  
Membro externo

---

**Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto**  
Membro interno

---

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosilene Alves de Melo**  
Suplente

**CAJAZEIRAS - PB  
2015**

## **DEDICO**

Aos meus pais, irmãos, enfim a toda minha família que sempre me incentivaram a persistir e a lutar pelos meus objetivos.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu grande DEUS, que me concedeu o dom da vida e sabedoria, por me dar força de vontade e coragem para lutar contra todas as dificuldades enfrentadas ao longo dessa trajetória. Obrigada Senhor por essa conquista.

À toda minha família, em especial aos meus pais, Francisco Nestor e Lindalva, pelo esforço e dedicação com meus estudos. Por me darem forças para vencer todos os obstáculos encontrados em meu caminho, por terem me encorajado nos meus momentos de desânimo, sou imensamente grata.

Ao meu esposo, Pedro Henrique, que nos momentos mais difíceis soube me apoiar e incentivar.

À todos os meus amigos da turma, em especial, à Baíza, Eloíza, Junior, Kelly e Andressa, por terem compartilhado todos os momentos felizes e divertidos, momentos que serão eternamente guardados no coração.

À minha grande amiga Mara, por estar presente em todos os momentos.

À todos os professores do curso, pelos conhecimentos transmitidos, pelas contribuições para o meu desenvolvimento humano e formação profissional, em especial à orientadora Rosemere, pela competência, dedicação e paciência, e que de forma muito inteligente contribuiu bastante para o desenvolvimento deste trabalho.

À todos os alunos da EJA da Escola Nestorina Abrantes e à diretora Lurdinha, pois deram contribuições fundamentais para a realização deste trabalho.

Ao meu tio, professor Antônio Nestor, e sua esposa, Helena, e principalmente a minha cunhada Maria José que contribuíram bastante para a minha vida acadêmica, dando-me o seu afeto, incentivo e apoio. Enfim, a todos o meu carinho e respeito.

Muito obrigada a todas as pessoas que direta e indiretamente acreditaram no meu sucesso.

## RESUMO

A pesquisa em questão tem como temática uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Lastro (PB), e como objetivo maior, analisar o Ensino de História nessa modalidade. Participaram da pesquisa um total de dezessete alunos do 2º ano do Ensino Médio da modalidade EJA da Escola Estadual Nestorina Abrantes. A pesquisa busca analisar como os alunos dessa escola se percebem e o que pensam da disciplina de História na EJA. Traçamos um rápido perfil desse público sobre trabalho, sonhos, família, contribuindo assim, para uma melhor compreensão. Os dados foram coletados através de um questionário com perguntas fechadas e abertas. A análise nos indica que os alunos gostam da disciplina de História, porém o ensino deve usar metodologias que favoreçam o processo de construção de ensino-aprendizagem, levando em consideração a modalidade da EJA.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos; História; Ensino.

## ABSTRACT

This research has as theme the reflection about Youth and Adult Education (*Educação de Jovens e Adultos - EJA*) in the city of Lastro, Paraíba, Brazil, and as a major goal, analyze the history of education in this modality. The participants were a total of seventeen students of the 2<sup>nd</sup> year of high school of EJA mode State School Nestorina Abrantes. The research seeks to analyze how students perceive this school and what they think about the discipline of History at EJA. We trace a quick profile of this audience about work, dreams, family, thus contributing to a better understanding. Data were collected through a questionnaire with closed and open questions. The analysis tells us that students like the discipline of History, but must use teaching methods that foster the process of teaching and learning construction, taking into account the mode of adult education.

**Keywords:** Education for Youth and Adults; History; Education.



## **LISTA DE QUADROS**

<b>QUADRO 1: Número de alunos sugeridos por turma para o EJA na zona rural e zona urbana.....</b>	<b>22</b>
<b>QUADRO 2: Programas federais voltados à Educação de Jovens e Adultos.....</b>	<b>30</b>
<b>QUADRO 3: Potencialidades e dificuldades da Escola Nestorina Abrantes.....</b>	<b>37</b>

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação
- CEPLAR - Campanha de Educação Popular
- CF/1988 - Constituição Federal de 1988
- CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil
- CPC - Centro Popular de Cultura
- EJA - Educação de Jovens e Adultos
- ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
- FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
- FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
- FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério
- INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
- LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
- MEC - Ministério da Educação
- MCP - Movimento de Cultura Popular
- MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
- ONU - Organização das Nações Unidas
- PB - Paraíba
- PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação
- PNAC - Programa nacional de Alfabetização e Cidadania
- PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
- PPA - Plano Plurianual
- PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
- PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens
- PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
- SP - São Paulo
- TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 01 - BREVE HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL.....</b>	<b>13</b>
1.1.Educação no período colonial até os dias atuais.....	13
1.2. Conceito de Jovens e Adultos.....	20
1.3. EJA na Paraíba .....	22
<b>CAPÍTULO 02 - A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA A EJA NO BRASIL.....</b>	<b>26</b>
2.1.Paulo Freire e a EJA .....	26
2.2. Programas e ações destinados ao EJA.....	29
<b>CAPÍTULO 03 - ESTUDO DE CASO – ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>35</b>
3.1.A cidade de Lastro - PB e sua formação na educação.....	35
3.2.Questionário aplicado - Perfil dos Alunos.....	38
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>47</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>48</b>
<b>APÊNDICES.....</b>	<b>51</b>
APÊNDICE A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO	
<b>ANEXOS.....</b>	<b>56</b>
ANEXO 1 - FICHAMENTO: PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO	

## INTRODUÇÃO

Refletir sobre o atual ensino educacional brasileiro não é uma tarefa fácil. O cenário cada vez mais dinâmico implantado à Educação no Brasil, assume condições vistas anteriormente, inúmeras são as possibilidades de continuar estudando, independente da idade, condição social ou localidade em que reside, seja na zona rural ou urbana. Pensando a respeito, o estudo em questão tem como temática uma reflexão sobre a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na cidade de Lastro (PB).

Emerge nesse contexto a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, que por sua vez, trata-se de ensino nas etapas dos ensinos fundamental e médio da rede escolar pública brasileira que recebe os jovens e adultos que não completaram os anos da Educação Básica com a idade apropriada por qualquer motivo. Nessa modalidade, pode-se dizer que requer do professor um estudo diferenciado.

O mundo globalizado e repleto de informações implica ao professor e ao aluno uma nova forma de enxergar o ambiente no qual está inserido. Por isso, ele precisa resgatar junto aos alunos suas histórias de vida, tendo conhecimento de que há uma espécie de saber desses alunos que é o saber empírico, uma vez que o aluno busca na escola um lugar para melhorar sua vida, seja ela por satisfação pessoal ou até mesmo para o mercado de trabalho.

Isto é, a Educação para Jovens e Adultos implica em uma nova forma de pensamento, proporcionando novas oportunidades ao discente e fazendo com que ele sinta-se parte de algo, tornando possível haver uma mudança na sua realidade. Por sua vez, eles tendem a motivar-se por algumas exigências econômicas, tecnológicas e, também, em virtude da competitividade do mercado de trabalho.

Essa é uma problemática presente no contexto histórico brasileiro; a Constituição de 1988, já indicava ser a Educação um direito de todo cidadão, mas a educação voltada para os adultos pouco espaço ocupava nas demandas educacionais. No entanto, na década de 40, já era possível presenciar as primeiras iniciativas contra o analfabetismo, e foi nessa época que o mesmo era visto como um mal para a sociedade e o analfabeto como um ser incapaz.

A partir dessa discussão, o presente estudo tem como finalidade compreender o ensino de História na Educação de Jovens e Adultos. O interesse por essa temática surgiu ao perceber o crescimento de alunos nessa modalidade, incluindo um número expressivo de jovens. Despertando, assim, a curiosidade em conhecer, de fato, como o

ensino de História é desenvolvido na educação de jovens e adultos. Desse modo, o trabalho servirá como base para estudos posteriores.

Apesar da dificuldade de cada professor em trabalhar com esse tipo de turma, ainda hoje, são poucos os cursos de formação de professores e, principalmente, as Universidades que oferecem essa formação aos que queiram trabalhar nessa modalidade de ensino. Nessa perspectiva, a nossa maior preocupação foi perceber como o ensino de História está sendo pensado, se ele é repensado metodologicamente e quais representações são criadas pelos alunos da EJA quando o tema é História.

Nos enveredamos, assim, pelo campo do Ensino. Para tal, utilizamos autores como Freire (2010), Lopes (2006), Costa (1986), entre outros, que dialogam com essa temática. Nossa metodologia baseou-se em entrevistas.

O estudo foi desenvolvido com alunos da EJA da Escola Estadual de Ensino Médio Nestorina Abrantes, situada no município do Lastro-PB. A coleta de dados ocorreu no mês de abril de 2015, sendo realizada através de um questionário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas. Após a coleta, os dados foram analisados de forma qualitativa.

A seguir, serão apresentados três capítulos; o primeiro trará um breve histórico a respeito da EJA no Brasil, contemplando a educação desde o período colonial até os dias atuais, bem como, a EJA na Paraíba. O segundo capítulo discorrerá a respeito da contribuição de Paulo Freire para a EJA no Brasil, apresentando o conceito de Jovens e Adultos, como também, os programas e ações destinados ao EJA ao longo dos anos. E por fim, o terceiro capítulo trata-se da coleta de dados, a história da cidade de Lastro, e o perfil dos discentes, bem como suas representações sobre o ensino de História.

## CAPÍTULO 01

### BREVE HISTÓRIA DA EJA NO BRASIL

A questão da Educação de Jovens e Adultos (EJA) diz respeito aos alunos trabalhadores, na qual podemos dizer que são alunos diferenciados dos demais, por uma série de motivos, como, por exemplo: idade, tempo de escola e trabalho, a responsabilidade com a família. Isso torna a educação diferenciada para esses grupos de indivíduos.

A EJA era pensada como uma modalidade de ensino voltada para a alfabetização de quem não teve a oportunidade de concluir os estudos na idade apropriada, ou para aqueles que abandonaram a escola. Esse conceito felizmente vem mudando e o desafio maior desse tipo de ensino é não só alfabetizar alunos, mas sim o prepará-los para o mercado de trabalho, como também para a formação de alunos críticos de um saber.

A EJA proporciona ao aluno a oportunidade de elevar sua escolaridade por meio de novos conhecimentos que podem ser utilizados nas diferentes relações cotidianas, tendo o objetivo de restaurar o direito à educação aos jovens e adultos, oferecendo a eles igualdade de oportunidade para a entrada no mercado de trabalho.

A educação brasileira vem desde o período colonial direcionada não só às crianças, mas também aos adultos indígenas. Nesse caso, a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil começa a se desenvolver no período colonial, momento em que os missionários religiosos eram que exerciam essa ação educativa destinada aos brancos e indígenas.

#### **1.1. Educação no período colonial até os dias atuais**

A Educação de Jovens e Adultos não é uma ação recente, mas teve início na colonização, ou seja, a educação vem desde o período colonial com a chegada dos primeiros jesuítas, e tinha como objetivo converter os índios ao Cristianismo. Assim, os primeiros jesuítas, sobre o comando do padre Manoel da Nóbrega, edificaram a primeira escola elementar brasileira. Essas escolas funcionavam de acordo com seu plano educacional. O plano iniciava com a aprendizagem do português e passava pela doutrina cristã. Depois eram encaminhadas às escolas de ler e escrever. Manoel da

Nóbrega desenvolveu uma prática pedagógica com bases em ideias, matérias e em ação efetivas no processo de ensino-aprendizagem.

Eduardo Cardoso Santana (2011), no texto “*EJA: Breve Análise da Trajetória História e Tendências de Formação do Educador de Jovens e Adultos*”, diz que a trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil inicia-se bem antes do Império; o ensino do EJA iniciou-se ainda no período colonial quando os missionários religiosos exerciam uma ação educativa, com adultos, destinada aos brancos e indígenas. A educação do Período colonial estava, durante dois séculos, sendo desenvolvida em poder dos jesuítas que estenderam seus domínios por toda a colônia, pois, neste período, a educação era considerada tarefa da Igreja e não do Estado (SANTANA *et al.*, 2011).

Cavalcanti, Andrade e Moura (2009) comentam que a educação teve início no Brasil, no período colonial, em 1549, a partir da criação da escola pelos jesuítas, que acreditavam que não seria possível converter os índios sem que eles soubessem ler e escrever. A expulsão dos jesuítas ocorrida no século XVIII desorganizou o sistema de ensino já existente.

De acordo com Santana (2011, p. 04):

com a expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias em 1759, pelo Marquês de Pombal toda a estrutura organizacional da educação passou por transformações. A uniformidade da ação pedagógica, a perfeita transição de um nível escolar para outro e a graduação foram substituídas pela diversidade das disciplinas isoladas. Assim, podemos dizer que a escola pública no Brasil teve início com Pombal. Os adultos das classes menos abastadas que tinham intenção de estudar não encontravam espaço na reforma Pombalina, mesmo porque a educação elementar era privilégio de poucos e essa reforma objetivou atender prioritariamente ao ensino superior.

A reforma Pombalina tratou de uma série de reformas modernizantes. Ela foi realizada pelo Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho, entre os períodos de 1750 e 1777.

De acordo com Strelhow (2010), a Companhia Missionária de Jesus tinha como finalidade básica catequizar e alfabetizar na língua portuguesa os indígenas que viviam na colônia brasileira. Entretanto, com a saída dos jesuítas do Brasil, em 1759, a educação de adultos entrou em colapso e ficou sob a responsabilidade do Império. Porém, a educação brasileira era marcada tão somente pelo *elitismo* que restringia a educação às classes mais abastadas. As aulas régias (latim, grego, filosofia e retórica), ênfase da política pombalina, eram designadas especificamente aos filhos dos colonizadores portugueses, excluindo assim, a população indígena e negra.

É cabível destacar que nesse período os índios apreendiam não pela forma programada, mas sim espontânea, isto é, aprendiam pela força da tradição, pela força do exemplo, não um ensino no sentido de reflexão: aprender sem uma formação crítica. Nessa época, o grande objetivo em termos educacionais era a conversão dos índios.

Com base em Cavalcanti, Andrade e Moura (2009), novas iniciativas para a educação de jovens e adultos ocorreram somente muito tempo depois, no Brasil Império. Para se ter noção desse fato, apenas em 1824, a Constituição imperial garantiu a todos os cidadãos a educação primária gratuita. Porém, a titularidade de cidadania era restrita a pessoas livres, saídas das elites, que poderiam ocupar funções na burocracia imperial ou no exercício de funções ligadas à política e ao trabalho imperial.

Nesse período, foi criado o Colégio Pedro II com a função de ser o modelo de ensino para todo o Brasil. Até o fim do Período imperial, esta escola não conseguiu se organizar para se tornar referência educacional do Brasil. Pode-se dizer que o período imperial foi marcado por grandes derrotas em relação à Educação. Pouco se fez, pois o ensino era de interesse apenas dos nobres e era limitado àqueles que tinham dinheiro.

Com o fim do Império, não havia surgido nada de concreto na educação brasileira, isso fez com que as ações educacionais se mantivessem escassas, sem a ocorrência de um sistema de educação efetivo e com qualidade.

No texto “*EJA: breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos*”, Santana (2011) fala que, em virtude do proselitismo religioso, o ensino estava voltado mais para adolescentes e adultos do que para crianças, ou seja, no período colonial a ideia dos missionários era catequizar e educar de acordo com as normas dos colonizadores portugueses. O ensino iniciava com os índios e terminava com os filhos dos proprietários de terras, que na maioria das vezes, eram preparados para assumir a ordem religiosa ou continuar os estudos nas universidades.

Com o desenvolvimento da industrialização na sociedade, havia uma necessidade de se ter certo domínio de conhecimento e que se apresentassem algumas habilidades de trabalho, de modo que a escola passou a assumir a função de educar para a vida e para a aprendizagem do trabalho. Gentil (2002) destaca que no ano de 1854 surgiu a primeira escola noturna, e em 1876 já existiam 117 escolas por todo o país.

A crise do sistema escravocrata e a necessidade de uma nova forma de produção são alguns dos motivos para a difusão das escolas noturnas, entretanto, essas escolas tiveram um alto índice de evasão, o que contribuiu consideravelmente para o seu fracasso. Ressurgindo novamente em 1880, com o estímulo dado pela reforma eleitoral – lei – Saraiva -, chegando-se a



cogitar a extensão da obrigatoriedade escolar aos adolescentes e adultos nos lugares em que se comprovasse a inexistência de escolas noturnas (GENTIL, 2002, p. 03).

Thyeles Borcart Strelhow(2010), no texto “*Breve História sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil*”, mostra que com o início do século XX houve uma grande mobilização social que tinha como objetivo exterminar o analfabetismo. Começou-se assim, em 1915, com a criação da Liga Brasileira contra o Analfabetismo, que pretendia lutar contra a ignorância para estabilizar a grandeza das instituições republicanas. Na Associação Brasileira de Educação (ABE), as discussões giravam em torno de uma luta contra esta calamidade pública que tinha se instalado. Paralelamente ao desenvolvimento educacional do Brasil, havia uma economia baseada na exportação que girava em torno do sistema agrário-exportador. Com isso, com a crise cafeeira, de 1929, houve uma mudança na economia, o capital passa a ser empregado não só no sistema agrário, mas também se estimula o investimento no setor industrial (STRELHOW, 2010 p. 04).

O autor supracitado acresce que o descaso com a educação levou o Brasil a alcançar a incrível marca de 72% de analfabetismo em 1920. Por isso, em 1934, foi criado o Plano Nacional de Educação, que previa o ensino primário integral obrigatório e gratuito estendido às pessoas adultas.

A década de 1930, pode ser considerada como um grande marco na política educacional brasileira, rompendo com o pacto oligárquico, a educação de jovens e adultos começa a determinar seu lugar na História. No final da ditadura de Getúlio Vargas, em 1945, inicia-se a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes coordenada por Lourenço Filho, que conseguiu estender o programa para as diversas regiões brasileiras. Assim, várias escolas supletivas foram criadas, mobilizando diversos campos administrativos, profissionais e também de voluntários.

Segundo Rocco (1979), a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, idealizada e realizada por Lourenço Filho, utilizou 25% do FNEP para a educação de adultos. Buscando atender os adultos e elevar o nível de vida das crianças, razões de ordem nacional e internacional permitiram o aparecimento dessa Campanha. Estávamos vivendo politicamente as mudanças ocasionadas pela Revolução de 1930 e pela volta da democratização do país.

Apoiando essa breve retrospectiva histórica, Colavitto e Arruda (2014), em seu texto “*Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização*”,

acrescentam que, na década de 1930, o único interesse do governo era alfabetizar as camadas baixas. Em 1940, foi o período em que ocorreram muitas mudanças na educação de jovens e adultos, pois houve grandes iniciativas políticas e pedagógicas. Em 1945, com o fim da ditadura de Vargas, o país começou a viver uma grande ebulição política, e certamente isso fez com que a sociedade passasse por grandes crises. No fim da década de 50, surgiram críticas à Campanha de Educação de Adultos, feitas e lançadas a todos os aspectos da campanha, tanto para a área administrativa e financeira quanto à orientação pedagógica, cujo educador principal foi Paulo Freire. No entanto, houve dificuldades iniciais, uma vez que o golpe militar de 1964 causou uma ruptura em seu trabalho, pois toda a experiência do educador, a conscientização e proposta para as possíveis mudanças, foram vistas como ameaça pela “revolução”. Em 1967, foi lançado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

O Mobral foi criado durante a ditadura militar (1964-1985), e foi um dos programas de extrema importância para o país. Foi lançado em um dos momentos políticos bem conturbados da história brasileira, pois o golpe militar de 1964 abafou o movimento de Paulo Freire e de seus seguidores que estavam apenas começando e a nova gestão política influenciou diretamente todos os setores da sociedade brasileira, inclusive a Educação.

Podemos dizer, então, que tanto a ONU como a UNESCO influenciaram muito na educação brasileira e estão cada vez mais preocupados com o desenvolvimento educacional, pois ambos têm o objetivo de reduzir o analfabetismo no mundo. Mas isso não significa que também exista um projeto permeado de interesses por esses órgãos, pois os mesmos regulam como essas medidas devem ser pensadas.

Todas essas campanhas fracassaram. Com tantos programas formulados em vários governos, é possível perceber claramente que o problema da educação foi um “nó” em vários governos. Inúmeros fatores contribuíram para isso, como, por exemplo: a pobreza, a idade e, principalmente, a qualidade da educação, pois são poucos os investimentos em políticas públicas de qualidade. Um programa de governo que merece ser comentado é o MOBRAL, um programa que teve grande impacto no imaginário da população brasileira.

A preocupação central do MOBRAL era que a pessoa fosse alfabetizada para desempenhar corretamente seu papel na sociedade. Então, o processo de alfabetização passou a ser o momento em que a preocupação é com o ensinar a palavra, treinar o aluno para ler e escrever. É como diz Jannuzzi (JANNUZZI, 1987, p. 65):

A ênfase na decodificação da palavra, na aprendizagem das técnicas de ler e escrever facilita o desenvolvimento de habilidades que permitem a apreensão de informações que fazem o alfabetizando entrar no grupo de que participam do desenvolvimento. Esse método propõe situações de análise e de síntese relacionando-as com uma palavra que representa a realidade que deve ser alcançada, desejável, onde já estão os grupos que contribuem para o desenvolvimento.

Colavitto e Arruda (2014) acrescentam que, na década de 70, o Mobral se expandiu e, em 1985, teve seu fim, dando lugar à Fundação EDUCAR, que tinha como objetivo apoiar técnica e financeiramente as iniciativas de alfabetização existentes. Com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF/1988), o Estado amplia o seu dever com a Educação de Jovens e Adultos.

A partir da promulgação da Constituição, de 1988, muitas mudanças passaram a ocorrer no cenário da educação, pois o seu artigo 208 diz que a educação é um direito de todos os brasileiros e dever do Estado. Assim, em 1990, surgem novas leis para melhorar o progresso educacional, criando assim várias iniciativas a favor da educação para jovens e adultos, pela qual o governo e os municípios se engajam em uma política, e assim, a realidade da educação brasileira aos poucos vai sendo assunto importante para os governantes.

Lopes e Sousa (2004) em seu texto “*EJA: uma Educação Possível ou Mera utopia?*” mostram que a EJA começou a perder espaço nas ações governamentais com o início do governo Collor, quando a Fundação EDUCAR foi extinta. O que antes era responsabilidade para os estados e municípios, em janeiro de 2003 o MEC anuncia que a Educação de Jovens e Adultos seria uma prioridade do Governo Federal. Desse modo, foi criada a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo, e mais tarde, o programa Brasil Alfabetizado (LOPES; SOUSA, 2004 p. 08).

É cabível salientar, de acordo com Soares (2007), que progressos educacionais realizados pelo Brasil na segunda metade de 90, foram notáveis. No entanto, estes avanços não foram suficientes para satisfazer adequadamente as demandas existentes, até porque a sociedade mudou e as exigências também, acompanhando as transformações tecnológicas. Atualmente, não basta apenas garantir a universalização do ensino compulsório, que no Brasil é de oito anos. Mas, é circunstancial que os brasileiros tenham no mínimo 12 anos de escolaridade para uma cidadania plena e uma vida produtiva (SOARES, 2007, p. 07).

Os componentes curriculares obrigatórios definidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) são:

I – o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil;

II – o ensino da Arte, especialmente em suas expressões regionais, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos estudantes, com a Música como seu conteúdo obrigatório, mas não exclusivo;

III – a Educação Física, integrada à proposta pedagógica da instituição de ensino, sendo sua prática facultativa ao estudante nos casos previstos em Lei;

IV – o ensino da História do Brasil, que leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia;

V – o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras;

VI – a Filosofia e a Sociologia em todos os anos do curso;

VII – uma Língua Estrangeira moderna na parte diversificada, escolhida pela comunidade escolar, e uma segunda, em caráter optativo, dentro das disponibilidades da instituição.

Em decorrência de legislação específica, são obrigatórios: I – Língua Espanhola, de oferta obrigatória pelas unidades escolares, embora facultativa para o estudante (Lei nº 11.161/2005). II – Tratados transversal e integradamente, permeando todo o currículo, no âmbito dos demais componentes curriculares: a Educação Alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica, altera outras leis e dá outras providências); o processo de envelhecimento, o respeito e a valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (Lei nº 10.741/2003: Estatuto do Idoso); a Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99: Política Nacional de Educação Ambiental); a Educação para o Trânsito (Lei nº 9.503/97: Código de Trânsito Brasileiro). a Educação em Direitos Humanos (Decreto nº 7.037/2009: Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3) (PARAÍBA, 2015, p. 27).

No que concerne ao ensino das disciplinas obrigatórias (Língua Portuguesa, Matemática, Língua Estrangeira, História, Geografia, Ciências Naturais, Arte e Educação Física), é importante fazer um paralelo entre o ensino de História para jovens e adultos ao longo desse percurso precedido por inúmeras mudanças. Conforme apresenta Brasil (2013, p. 108):

[...] na história da educação brasileira, o ensino de História apresentou trajetórias semelhantes, tanto na educação de jovens e adultos quanto na educação destinada a crianças e adolescentes. Apesar de lidar com um público diferenciado e em circunstâncias pedagógicas específicas, o ensino de História na EJA não revelou adequações significativas quanto a objetivos, conteúdos e metodologia. Na realidade, dadas as circunstâncias da educação de jovens e adultos, particularmente quanto à disponibilidade de tempo para o desenvolvimento didático dos conteúdos, o ensino de História transformou-se em uma versão resumida e simplificada de conteúdos que compunham os

currículos e programas da área para o Ensino Fundamental na faixa etária dos 7 aos 14 anos.

Observa-se a importância de formar indivíduos conscientes dos seus direitos, mas que estejam atentos às suas responsabilidades na sociedade na qual estão inseridos. Por isso, a partir de toda essa discussão e de todas essas mudanças no contexto da educação brasileira, podemos dizer que a ONU e a UNESCO influenciaram muito na educação brasileira e estão cada vez mais preocupados com o desenvolvimento educacional, pois ambos têm o objetivo de reduzir o analfabetismo no mundo.

Um nome extremamente importante na mudança de todo o processo educacional no Brasil foi o de Paulo Freire, que com sua nova maneira de educar estava preocupado com a construção da consciência crítica, através da qual as pessoas pudessem analisar melhor a realidade vivida e fossem capazes de agir sobre essa realidade. Freire buscava uma educação que permitisse as pessoas terem autonomia, desse modo seria possível mudar o pensamento da população e conseqüentemente torná-la de indivíduos conhecedores, dando-lhes uma ideologia do desenvolvimento, com perspectivas e visão de mundo, tornando a nação mais forte.

## **1.2. Conceito de Jovens e Adultos**

Segundo Sousa e Lopes (2004, p. 02), a Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino amparada por lei e voltada para pessoas que não tiveram acesso ao ensino regular na idade apropriada. Por isso, é indispensável que o professor das turmas de EJA estejam preparados para assumir com compromisso esse papel tão importante na vida dessas pessoas. Sendo assim, é preciso que a sociedade compreenda que alunos de EJA vivenciam problemas diariamente, como: o preconceito, a vergonha, a discriminação, as críticas. Tais situações afetam o adulto que faz o EJA tanto no cotidiano familiar como na vida em comunidade

A educação básica de adultos começa a ganhar seu lugar na história da educação a partir da década de 30. Sendo assim, a oferta de ensino básico gratuito se expande, fazendo com que diversos setores sociais tivessem o direito à educação.

Com o fim da ditadura de Vargas, em 1945, o país vivia a política de redemocratização e a ONU alertava para a urgência de integrar os povos visando a paz e a democracia.

Acredito que a educação de jovens e adultos pode efetivar um caminho de desenvolvimento de todas as pessoas em todas as idades. Jovens, adultos e até mesmo idosos devem ter a oportunidade de mostrar seus conhecimentos, suas experiências, de ter acesso à cultura, e que suas experiências, relatos em sala de aula, devem sempre partir de um exame crítico da realidade existencial, e, através de seus relatos, identificamos a origem de seus problemas e de suas possibilidades de superá-los.

Com base em Lima (2006), desde a criação da EJA, se busca constituir um espaço de formação e informação, facilitando o intercâmbio e a troca de experiências, propiciando a discussão de questões específicas à realidade da educação de jovens e adultos, tanto no Brasil quanto na Paraíba. Com isso, em 1999, ocorreu o primeiro Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA). A realização dos ENEJAs pelo país impulsionou a retomada do processo de articulação dos segmentos envolvidos com a EJA.

Por isso, é primordial que haja o compromisso de todos os participantes, como destaca Lima (2006, p. 46-47):

Pela assunção e consolidação da mudança de paradigma na compreensão da EJA, que não se confunde com a alfabetização, nem se restringe a ela; não se reduz a ações educativas compensatórias, nem a intervenções pontuais; que seja instrumento de cidadania, em tensão para a construção de uma outra ordem social, fertilizada no solo da cultura, da solidariedade, da igualdade e do respeito às diferenças; pela valorização e apoio ao papel do MEC na mobilização e participação da sociedade, em busca de recursos necessários para a educação de qualidade – acesso, permanência e sucesso, em coerência com a prioridade dada à EJA, expressos nos PPAs em todos os níveis; pela implementação de políticas de formação inicial e continuada de professores com financiamentos próprios, que considerem o professor como trabalhador, contrárias a qualquer forma de avaliação que não seja diagnóstica, apontando para sua inclusão em políticas de valorização profissional que incluam piso salarial profissional nacional, plano de carreira e a própria formação inicial e continuada como inerente à qualidade da prática pedagógica, dando conta de concepções de currículo e da satisfação das necessidades dos sujeitos, considerando os saberes da vida e do mundo do trabalho; sua condição e cultura no mundo juvenil e adulto.

Para que haja a consolidação da educação, é necessário que ocorra uma mudança de paradigmas e isso não deve ser apenas responsabilidade dos nossos governantes, mas deve ser, principalmente, uma atitude do corpo discente e docente. Os professores precisam ser qualificados o suficiente para repassar conhecimento e para instigar o aluno a querer buscar sempre mais. Sendo assim, ao mudar o nosso olhar frente ao mundo, temos a possibilidade de enxergar com clareza o que está à nossa volta.

### 1.3. EJA na Paraíba

Segundo as Diretrizes Operacionais da Paraíba, a Educação de Jovens e Adultos no Sistema Estadual de Ensino é destinada às pessoas que não puderam ter acesso ao Ensino, seja ele no nível Fundamental ou Médio, ou não tiveram a possibilidade de continuar os seus estudos em sua caminhada de cidadão. Fundamenta-se este direito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, que consagra a Educação de Jovens e Adultos como uma modalidade específica da Educação Básica, regulamentada pela Resolução 229/2002 e no Parecer nº247/2002 do Conselho Estadual de Educação - CEE/PB. Com relação ao ingresso do jovem/adulto no Ensino Fundamental I (1ª à 4ª séries) o ingresso deve ser no mínimo com 15 anos completos; no Ensino Fundamental II (5ª a 8ª séries) o ingresso ocorre no mínimo com 16 anos no ato da matrícula; já no Ensino Médio o ingresso deve acontecer com no mínimo 18 anos completos no ato da matrícula. Vale salientar que a matrícula é semestral (PARAÍBA, 2015 p. 22).

Com relação ao quantitativo de alunos sugeridos por turma para a EJA, tanto na zona rural quanto urbana, pode-se observar o quadro abaixo com esse total e as particularidades de cada segmento de ensino da EJA.

#### QUADRO 1

##### Número de alunos sugeridos por turma para o EJA na zona rural e zona urbana

<b>Etapas da EJA</b>	<b>Nº sugerido de estudantes por turma</b>
<b>Educação de Jovens e Adultos</b>	
EJA - 1º Segmento	20 até 50
EJA - 2º Segmento	20 até 50
EJA - Ensino Médio	20 até 50
<b>Educação de Jovens e Adultos - Área Rural</b>	
EJA - 1º Segmento	15 até 50
EJA - 2º Segmento	15 até 50
EJA - Ensino Médio	15 até 50

**Fonte:** Adaptado de Paraíba (2015, p. 14).

Esse número sugerido de alunos por turma é uma forma de organização do ensino, pois, se uma sala tiver muitos alunos, ficará mais complicado para o professor administrar as dúvidas individuais de cada um deles.

Fazendo um breve histórico da EJA na Paraíba, observa-se que, após a Revolução de 1930, muitas mudanças ocorreram e uma delas teve relação com a criação de um sistema público de educação elementar, a partir da educação que ficou consolidada com a Constituição de 1934. E a partir daí, o plano de educação fica como obrigação do Estado. Na Paraíba não foi diferente. Desde a década de 30, a Educação de Jovens e Adultos fica sendo obrigação do Estado. O Brasil lança a Primeira Campanha de Educação de Adultos em 1947, um dos detalhes importantes é que naquela época o analfabetismo e muitas políticas também foram definidas pelos estados brasileiros. Por exemplo, na Paraíba, no governo de Oswaldo Trigueiro (1947-1950), ficou estabelecido o Ensino de Adultos (SANTOS, 2008).

Assim como no Brasil, na Paraíba a maioria dos alunos da EJA são trabalhadores. É importante lembrar e destacar a questão do trabalho, pois segundo Santos (2008, p.45-46):

Estamos aqui nos referindo ao processo de escolarização da classe trabalhadora, utilizando o conceito ampliado e atualizado de classe trabalhadora, porque a ela foi negada a possibilidade da educação escolar na infância e na adolescência. E esta é uma situação provocada pela sociedade de classes, uma vez que, sabemos, a estrutura desigual tem condicionado as políticas oficiais a sempre beneficiarem aqueles setores mais privilegiados da sociedade, aqueles que não precisam se lançar ao mundo do trabalho desde cedo para assegurar sua própria sobrevivência e a de sua família.

Concordamos com o autor, uma vez que vemos que ainda é preciso percorrer muito para se conseguir a emancipação dos alunos trabalhadores no Brasil. O aluno da EJA, principalmente nas escolas públicas de ensino, é identificado como pessoa que, de alguma forma, teve o direito à educação escolar negado.

Para melhorar a educação, a Paraíba lança vários programas como o Programa Escola Solidária, além de debates que acabam desencadeando a criação de Fóruns Estaduais. Os Fóruns Estaduais trata-se de um órgão junto com a sociedade, que tem por objetivo estudar, discutir e propor soluções alternativas para o desenvolvimento da educação. O Fórum, instalado em 1999, assume participação importante no processo de elaboração do plano estadual de educação e demais programas educacionais na Paraíba. Ocorreu na cidade de Campina Grande, em março de 2015, o 46º Encontro Estadual do Fórum de Educação de Jovens e Adultos/PB.

Por isso, tornava-se indispensável à participação da Paraíba nos Fóruns de EJA, que teve sua primeira reunião, em meados de 1999, e acabou desencadeando uma série



de outros encontros, em 14 de dezembro de 1999, em Campina Grande. Desde a sua criação, o Fórum tem apresentado crescimento quantitativo e qualitativo. Lima (2006, p. 54) diz que

O Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos na Paraíba nasceu como resposta à demanda de diversas iniciativas de EJA, que necessitavam de uma maior interlocução entre os segmentos gestores de programas EJA, no entanto somado à exigência de uma maior mobilização e intervenção desses atores na elaboração de políticas públicas para a educação de jovens e adultos, foi outro elemento propulsor da criação do Fórum na Paraíba.

Os Fóruns Paraibanos passaram a ter uma boa representatividade no Estado e passaram a ocorrer entre as cidades de Campina Grande e João Pessoa, e a partir de 2001, também na cidade de Guarabira. Recentemente, foi acrescentado o município de Bayeux, cidade vizinha de João Pessoa. Mesmo ocorrendo em outras cidades, era importante que esses fóruns se estendessem para o interior da Paraíba, nas cidades pólos, como Patos, Sousa e Cajazeiras, ou seja, onde fosse possível conhecer mais de perto a realidade da educação da EJA do sertão do nosso Estado.

Almeida (2010) apresenta uma das tantas realidades da modalidade da EJA na cidade de Campina Grande-PB:

Muitos desses alunos trabalhadores realizam um trabalho que não lhes garante muitos direitos, pois a maioria não possui vínculo empregatício, por isso eles almejam ter a formação básica escolar, e assim aumentar as chances de receber um salário melhor (ALMEIDA, 2010, p. 03).

A partir do exposto no parágrafo acima, observa-se a importância de promover uma educação de qualidade para essas pessoas, que muitas das vezes realizam um trabalho que não lhes garante direitos, então, é importante que a escola da EJA consiga atender com qualidade as necessidades de ensino desses estudantes, pois isso garantirá novas perspectivas e possibilidades tanto na vida pessoal quanto profissional desses jovens e adultos.

Assim, para trabalhadores, o acesso à educação, ao ensino e à escola não é fácil, mas um grande desafio, pois além de alguns alunos não terem conseguido concluir ainda o ensino Fundamental, trabalham e conciliam as duas atividades com bastante esforço.

Não só na Paraíba como no Brasil, devemos nos perguntar: o que fazer e como melhorar a Educação de Jovens e Adultos? Quais os programas criados para tentar

melhorar o ensino e acabar com o analfabetismo no Brasil? Porque o que vemos na nossa realidade é o descaso e a precarização da educação em muitos dos casos, o que, por sua vez, nos faz pensar acerca da educação brasileira e como a mesma precisa ser refletida e valorizada. Valorizar no sentido de que a Educação de Jovens e Adultos precisa ser reconhecida e investida pelos estados.

Para entendermos melhor como a EJA se expandiu no Brasil e conseqüentemente na Paraíba, é necessário conhecer as contribuições de Paulo Freire para essa modalidade de ensino, bem como o conceito de “Jovens e Adultos”, e também os programas e ações destinados ao EJA, expostos no capítulo a seguir.

## CAPÍTULO 02

### A CONTRIBUIÇÃO DE PAULO FREIRE PARA A EJA NO BRASIL

#### 2.1. Paulo Freire e a EJA

No final da década de 1950 e início de 1960, a Educação de Jovens e Adultos estava diretamente ligada às contribuições de Paulo Freire (1921-1997), aos movimentos de educação e à cultura popular. Nesse período, a alfabetização de jovens e adultos no Brasil se remete a um longo período que se estende do Brasil Colônia aos dias atuais (MELO; IVASHITA, 2009).

De acordo com Lopes e Sousa (2004), a história da EJA no Brasil está diretamente vinculada a Paulo Freire. O Sistema Paulo Freire, que foi desenvolvido em 1960, foi aplicado inicialmente na cidade de Angicos, no Rio Grande do Norte. E, com o sucesso da experiência, passou a ser conhecido em todo o país, sendo praticado por diversos grupos de cultura popular.

Medeiros (2005) destaca que o pensamento pedagógico de Paulo Freire e sua proposta para a alfabetização de adultos inspiraram os principais programas de alfabetização e educação popular que se realizaram no país no início dos anos 60. Esses programas foram estudados por estudantes e vários intelectuais da época.

Paulo Freire discorria que era necessário "[...] aumentar o grau de consciência do povo, dos problemas de seu tempo e de seu espaço. É preciso dar-lhe uma ideologia do desenvolvimento" (FREIRE, 1959, p.28). Tal constatação torna-se atemporal, pois ela serve tanto para o contexto vivenciado pelo autor, como o nosso contexto atual, onde cada vez mais é necessário que haja a autonomia do ser pensante e que o mesmo possa ter consciência dos problemas vivenciados pela sociedade e que tenha condições viáveis de modificar essa realidade.

Paulo Freire faz uma elaboração de uma pedagogia comprometida com a melhoria das condições das populações oprimidas. Essa pedagogia seria uma educação voltada para a realidade dos alunos. Em "*Pedagogia do oprimido*" ele demonstra:

A Pedagogia do Oprimido que tem de ser forjada com ele e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto de

reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por uma libertação, em que esta pedagogia se fará e se refará (FREIRE,1987, p.32).

Percebemos que a preocupação de Paulo Freire emergia sempre dos níveis e das formas como os educandos compreendiam a realidade e não apenas da forma como ele, educador, interpretava-a.

Freire dizia que o homem tem o pensamento livre e tem o direito de ter um ensino esclarecedor e de qualidade, por isso, falar da Educação de Jovens e Adultos é falar da figura de Paulo Freire. Afinal, a única proposta da EJA, que teve como objetivo a formação de cidadãos numa perspectiva crítica, foi desenvolvida por ele; ampliando ainda mais a sua importância para a educação, não apenas no Brasil, mas no mundo.

Na percepção de Paulo Freire, alfabetização é o domínio de técnicas para escrever e ler. Ele falava que os educandos são sujeitos ativos no processo educativo, uma vez que são seres históricos com amplas possibilidades de criar e recriar a sua própria cultura. Para Paulo Freire (1983, p. 44):

A pedagogia, como pedagogia humana e libertadora, terá dois elementos distintos. O primeiro, em que os oprimidos vão revelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se na práxis; o segundo, em que, transformada a realidade opressiva, esta pedagogia deixa de ser a do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Corroborando com o que foi exposto anteriormente, Colavitto e Arruda (2014) explicam que essa libertação só seria possível quando a escola ensinasse o aluno a “ler o mundo”, ou seja, quando o indivíduo sabe a realidade na qual está inserido, quando o mesmo conhece a realidade de mundo e da cultura em que vive, é possível ir atrás de melhorias, de transformações. Sendo assim, Freire (1983, p. 78) comenta que:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. Como situação cognosciológica, em que o objeto cognoscível, em lugar de ser o término do ato cognoscente, educador, de um lado, educando, de outro, a educação problematizadora, coloca, desde logo, a exigência da superação da condição educador-educando. Sem ela, não é possível a relação dialógica, indispensável à cognoscibilidade dos sujeitos cognoscentes, em torno do mesmo objeto cognoscível.

A educação deve ser libertadora, que jamais pode ser uma educação “bancária”, aquela que “deposita” saberes, ou seja, aquela em que os alunos são passivos e recebem

o conhecimento de maneira passiva. A educação deve ser aquela em que o educando possui a capacidade de conhecer e de adquirir conhecimento, uma prática pedagógica capaz de preparar os alunos para um raciocínio histórico, ou seja, formar alunos com pensamento crítico.

Com o golpe militar, deu-se uma ruptura nesse trabalho de alfabetização de Paulo Freire, que passou a ser vista como ameaça à ordem instalada. Com o apoio dos movimentos de cultura popular daquela época, a metodologia de Paulo Freire alcançou grande repercussão entre os setores populares da sociedade brasileira. Apesar da sua eficácia, muitos obstáculos foram colocados à expansão dessa proposta, principalmente porque esta propiciava o desenvolvimento da consciência crítica, da liberdade de expressão que favorecia o processo de formação de um homem, que não era o ideal dos dirigentes daquele momento brasileiro, visto que eram tidos como desafiadores.

O método proposto por Freire foi revolucionário não só pela busca da exclusão do analfabetismo, mas também porque propunha uma formação que possibilitasse às massas alfabetizadas a compreensão e enfrentamento das relações de poder vigentes naquele momento histórico. Para Paulo Freire, o ensino na atualidade coloca como desafio construir um conhecimento que propicie uma prática pedagógica capaz de preparar os alunos para um raciocínio histórico, ou seja, formar alunos com pensamento crítico.

Ribeiro (2001) diz que Paulo Freire foi o responsável por elaborar uma proposta de alfabetização de adultos conscientizados, pois ele se utilizava de cartilhas, desenvolvendo um conjunto de procedimentos pedagógicos que ficou conhecido como “método Paulo Freire”.

Ele previa uma etapa preparatória, quando o alfabetizador deveria fazer uma pesquisa sobre a realidade existencial do grupo junto ao qual iria atuar. Concomitantemente, fazia um levantamento de seu universo vocabular, ou seja, das palavras utilizadas pelo grupo para expressar essa realidade. Desse universo, o alfabetizador deveria selecionar as palavras com maior densidade de sentido, que expressassem as situações existenciais mais importantes. Depois, era necessário selecionar um conjunto que contivesse os diversos padrões silábicos da língua e organizá-lo segundo o grau de complexidade desses padrões. Essas seriam as palavras geradoras, a partir das quais se realizaria tanto o estudo da escrita e leitura como o da realidade. Antes de entrar no estudo dessas palavras geradoras, Paulo Freire propunha ainda um momento inicial em que o conteúdo do diálogo educativo girava em torno do conceito antropológico de cultura. Utilizando uma série de ilustrações (cartazes ou *slides*), o educador deveria dirigir uma discussão na qual fosse sendo evidenciado o papel ativo dos homens como produtores de cultura e as diferentes formas de cultura: a cultura letrada e a não letrada, o trabalho, a arte, a religião, os diferentes padrões de comportamento e a sociabilidade. O

objetivo era, antes mesmo de iniciar o aprendizado da escrita, levar o educando a assumir-se como sujeito de sua aprendizagem, como ser capaz e responsável (RIBEIRO, 2001, p. 24).

Desse modo, observa-se como Paulo Freire buscou novas possibilidades de efetivar a aprendizagem desses adultos, onde era possível trazer palavras do seu cotidiano, para em seguida trazer ilustrações em cartazes ou *slides*; apresentando novas culturas à cultura já conhecida e podendo atuar diretamente nos padrões de comportamento e da sociabilidade, fazendo com que os alunos se inteirassem e trocassem experiências motivadoras.

## 2.2. Programas e ações destinados ao EJA

Ao longo da história, inúmeras tentativas de erradicação do analfabetismo fizeram-se presentes no contexto educacional do nosso país. Com relação à educação de jovens e adultos no Brasil, sabe-se que tão antigo quanto o analfabetismo são as tentativas pensadas e organizadas para erradicá-lo. Melo e Ivashita (2009) destacam alguns dos movimentos:

[...] Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (1947, governo Eurico Gaspar Dutra); Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (1958, governo Juscelino Kubitschek); Movimento de Educação de Base (1961, criado pela Conferência Nacional de Bispos do Brasil-CNBB); Programa Nacional de Alfabetização, valendo-se do método Paulo Freire (1964, governo João Goulart); Movimento Brasileiro de Alfabetização - Mobral (1968-1978, governos da ditadura militar); Fundação nacional de Educação de Jovens e Adultos - Educar (1985, governo José Sarney); Programa nacional de Alfabetização e Cidadania - Pnac (1990, governo Fernando Collor de Mello); Declaração Mundial de Educação para todos (assinada em 1993, pelo Brasil, em Jomtien, Tailândia); Plano Decenal de Educação para Todos (1993, governo Itamar Franco); e [...] o Programa de Alfabetização Solidária (1997, governo Fernando Henrique Cardoso) (MELO; IVASHITA, 2009, p. 3).

Como sabemos, até 1985, o MOBREAL concentrava as ações de alfabetização de adultos apoiado numa visão compensatória da educação desse segmento. Posteriormente, ocorreu a descentralização do atendimento, assumindo o financiamento e apoio técnico aos estados, municípios e organizações da sociedade civil através da Fundação EDUCAR. Porém, somente em 1990, esse programa é extinto e substituído pelo PNAC (Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania), que, através de

comissões municipais, pretendia mobilizar a sociedade em torno da alfabetização de jovens e adultos (GONÇALVES, 2009).

Para que seja possível fazer uma breve apresentação e descrição dos Programas Federais voltados aos jovens e adultos, será apresentado um quadro a seguir:

## QUADRO 2

### Programas federais voltados à educação de jovens e adultos

Programa	Descrição	Período
Campanha Nacional de Alfabetização	Lançada pelo governo brasileiro em 1947 é a primeira campanha de âmbito nacional com objetivo de alfabetizar a população. Sem experiência e estudos dos modos de alfabetizar adultos, seus argumentos didáticos e pedagógicos acabaram fundamentando-se na educação de crianças. Assentada sobre frágeis alicerces que sustentassem um projeto nacional de alfabetização, foi encerrada em 1963.	Entre 1947 e 1963
MEB (Movimento de Educação de Base); MCP (Movimento de Cultura Popular); CPC (Centro Popular de Cultura); Ceplar (Campanha de Educação Popular); De pé no chão se aprende a ler.	Movimentos de educação e cultura popular surgidos nas décadas de 1950 e 1960, organizados pela sociedade civil, com vistas a alterar o quadro econômico e cultural da época, composto em grande parte por camponeses analfabetos. Tendo na alfabetização de adultos uma de suas práticas, procuravam vincular a cultura e a educação com a realidade e as transformações sociais. Orientados pela concepção de Paulo Freire de um processo de alfabetização que partia da realidade do educando, acabaram extintos após o golpe militar de 1964.	Décadas de 1950 e 1960 – até 1964
Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização)	Projeto do governo brasileiro, criado pela Lei nº 5.379, de 15 de dezembro de 1967, que propunha a alfabetização funcional de jovens e adultos visando “conduzir a pessoa humana a adquirir técnicas de leitura, escrita e cálculo como meio de integrá-la a sua comunidade, permitindo melhores condições de vida”. Suas ações se mostraram pouco eficazes devido à falta de um projeto pedagógico que contemplasse as grandes diferenças existentes entre a população das diversas	Entre 1967 e 1985

	regiões do país, e envolvido em denúncias de ingerência e manipulações, encerrou suas atividades em 1985, tendo seus programas incorporados à Fundação EDUCAR.	
Fundação EDUCAR	Criada em 1985, passou a fazer parte do MEC, diferentemente do MOBRAL. Exercia a supervisão e o acompanhamento junto às instituições e secretarias que recebiam os recursos transferidos para a execução de seus programas.	Entre 1985 e 1990
Pronera (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)	Criado em 1998 pelo Ministério Extraordinário de Política Fundiária e incorporado ao Incra em 2001, para ampliar a escolarização formal dos trabalhadores rurais assentados. Visava alfabetizar e escolarizar jovens e adultos nos dois segmentos do ensino fundamental; capacitar pedagogicamente e escolarizar educadores no ensino fundamental para atuar como agentes multiplicadores nas áreas de reforma agrária; formar e escolarizar os coordenadores locais para atuarem como agentes sociais multiplicadores e organizadores de atividades educativas comunitárias.	Desde 1998
Recomeço – Supletivo de Qualidade (Fazendo Escola)	Criado pelo MEC, em 2001, para apoiar os municípios e estados com baixo IDH, em especial do Norte e Nordeste do país, a prover ensino fundamental de jovens e adultos. A partir de 2003, recebeu a denominação de Fazendo Escola e foi progressivamente estendido a todas as regiões do país, com destinações conforme o déficit educativo local. Suspenso em 2007 por suas ações passarem a ser financiadas pelo Fundeb.	Entre 2001 e 2007
Brasil Alfabetizado	Criado em 2003 para universalizar a alfabetização de brasileiros de 15 anos ou mais, e reestruturado, em 2007, pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). É voltado para todo o território nacional, com atuação prioritária nos 1,1 mil municípios com taxas de analfabetismo acima de 35%. Tem	Desde 2003



	prioridade de atendimento à região Nordeste, que concentra 90% dos municípios com altos índices de analfabetismo, e os jovens de 15 a 29 anos.	
Escola de Fábrica	Criado em 2005, consiste no aporte de recursos do Governo Federal para abertura de salas de aula em empresas e se destina à capacitação profissional de jovens de 16 a 24 anos que não concluíram o ensino básico, provenientes de famílias de escassos recursos.	Desde 2005
ProJovem (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	Instituído em 2005, destina-se à elevação de escolaridade de jovens entre 18 e 24 anos (inclusive aqueles com necessidades educativas especiais), sem vínculo empregatício formal, que não concluíram o ensino fundamental; qualificação profissional; inclusão digital e ação comunitária. Abrange as capitais e demais regiões metropolitanas com mais de 200 mil habitantes, mediante convênios com as administrações públicas dos entes federados.	Desde 2005
Proeja (Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos)	Instituído pelo Decreto nº 5.840, de 2006, consiste na reserva de um percentual mínimo de vagas para jovens e adultos na rede federal de educação profissional e tecnológica e na oferta para esse público de ensino fundamental e médio articulados à formação profissional básica ou técnica, com metodologias e currículos apropriados.	Desde 2006
Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA)	Criada pela Resolução nº 18, de 24 de abril de 2007, a iniciativa consiste na distribuição de livros didáticos para atender à demanda específica do público jovem e adulto, além de apoiar os alfabetizadores cadastrados pelas entidades parceiras do programa Brasil Alfabetizado que receberão, anualmente, livros didáticos adquiridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). O objetivo é oferecer publicações com linguagem própria para adultos para estimular o interesse pelo aprendizado da leitura e da escrita.	Desde 2007

ProJovem Campo – Saberes da Terra (Programa Nacional de Inclusão de Jovens)	O ProJovem Campo consiste em uma reformulação e ampliação, realizada em 2008, do programa Saberes da Terra. Oferece formação equivalente ao ensino fundamental, com qualificação profissional, a jovens agricultores alfabetizados que estejam fora da escola. Aos participantes são oferecidos cursos de qualificação profissional nas áreas de agricultura familiar e de sustentabilidade. Têm prioridade municípios e regiões com baixo IDH, integrantes do programa Territórios da Cidadania, desenvolvido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário.	Desde 2008
---	--	------------

**Fonte:** Adaptado de Gonçalves (2009, p. 11-13).

Observa-se que cada um desses programas teve a sua importância para a educação dos jovens e adultos, mesmo aqueles que já foram extintos, foram indispensáveis para que novas propostas fossem pensadas e melhorias criadas, visando o ensino que atendesse a necessidade da população que não tivesse condições viáveis de estudar ou continuar os estudos.

Aproveitando esse contexto, Dombosco (2012), em seu texto “*A legislação educacional e o conceito de qualidade na educação de jovens e adultos*”, salienta que a modalidade EJA recebeu maior atenção com a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, que substituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), uma vez que este último, instituído em 1996, não atendeu a modalidade. Sendo assim, é importante destacar que todo o recurso gerado é redistribuído para aplicação exclusiva na educação básica (DOMBOSCO, 2012, p. 23).

Um dos fatores relevantes para a construção da educação é o currículo escolar. Sem ele, acredito que não há sucesso para a aprendizagem. O currículo escolar é a base para o planejamento da prática pedagógica, por isso, é importante investigar e refletir sobre ele.

Assim, currículo é como um conjunto de experiências, vivências e atividades na escola que devem ser trabalhadas de forma interdisciplinar, de forma a facilitar o ensino

e a aprendizagem. Com intuito de melhorar a qualidade do ensino, é necessário que haja planejamento de cada professor. Na disciplina de História, por sua vez, devemos abandonar os textos e histórias consideradas prontas, mas proporcionar aos alunos as várias visões de mundo ao longo do tempo, utilizando textos, narrativas, que ajudem os alunos a produzirem sua própria visão de mundo. Desta forma, o papel do professor será de alguém que ajuda o aluno em seu processo de conhecimento.

## CAPÍTULO 03

### ESTUDO DE CASO – ANÁLISE DOS DADOS

#### 3.1.A cidade de Lastro - PB e sua formação na educação

A cidade de Lastro está localizada no alto sertão paraibano, a 451 quilômetros da Capital João Pessoa. Fundada em 17 de junho de 1963, com estimativa de uma população de 2.800 habitantes.

O município de Lastro contém sete escolas na zona rural e duas escolas na zona urbana.

Há muito tempo a cidade tem promovido, juntamente com a comunidade, meios que possibilitem o interesse dos alunos nas escolas, fazendo com que os alunos cada vez mais se dediquem aos estudos. Para isso, a comunidade organiza, junto com a escola, gincanas, palestras, viagens de estudos, entre outros.

A cidade de Lastro vem promovendo cursos para o incentivo à educação. Cursos como o de “História da África”, enriquecendo não só o conhecimento do aluno como também para destacá-lo no mercado de trabalho. Outro curso que a cidade promove é a “Importância da Leitura na Educação Infantil”, que ajuda os alunos a se desenvolverem e a aumentar ainda mais o gosto pela leitura.

Segundo o IBGE (2010), a taxa de analfabetismo do município é de 35%. A população que acompanha as iniciativas já tomadas para acabar com o analfabetismo reconhecem os avanços já obtidos nos últimos anos, mas que ainda precisa ser melhorado e que o município precisa investir mais na educação.

A cidade de Lastro vem enfrentando vários problemas com relação ao ensino, por exemplo, a falta de aproximação dos pais com a escola, a falta de acompanhamento deles na aprendizagem dos filhos, os pais vem colocando sob responsabilidade da escola um papel que muitas vezes é da família. Segundo a Secretaria de Educação da cidade, apenas 45% dos pais frequentam a escola durante as reuniões convocadas pela coordenação.

Outro fator que precisa ser citado é a falta de compromisso de alguns professores com o aprendizado. Segundo a coordenação da Escola Nestorina Abrantes, são vários os professores que faltam com frequência. Talvez isso se dê pelo fato que muitos dos

professores são os chamados “contratados do Estado”, os quais em sua maioria ficam muitas vezes com salários atrasados, causando assim a desmotivação deles em sala de aula.

Como podemos ver, a educação da cidade de Lastro apresenta seu lado positivo como também seu lado negativo, mas acredito que a cidade tem sua importância com relação à educação e que apesar das dificuldades a educação pode sim melhorar.

A Escola Estadual de Ensino Médio Nestorina Abrantes foi criada, em 16 de julho de 1968, com o decreto 4.627. A referida escola está localizada em um terreno amplo e arejado, à Rua Pedro Abrantes Ferreira, nº 278. Iniciou com os turnos manhã e tarde, e eram assistidos 300 (trezentos) alunos, com quantidade de professores suficientes para a demanda dos dois turnos.

A instituição recebeu esse nome em homenagem à esposa do Coronel Manoel Gonçalves, e teve como primeira diretora Cremeilda Abrantes, e como primeira educadora Maria Lisete Sarmiento de Abrantes.

Em 2008, foi implantado o Ensino Médio de 1º à 3º séries e em 2012, foi implantada a modalidade EJA de 1º à 3º séries de nível Médio, atendendo, assim, alunos de 14 a 40 anos de idade de ambos os sexos.

A unidade escolar atende uma comunidade de nível socioeconômico médio a baixo, residentes nos setores circunvizinhos, oriundos de famílias de comerciantes, servidores públicos e trabalhadores rurais.

Em 2011, foram transferidos todos os alunos do Ensino Fundamental I para a Escola Municipal Ronaldo Gonçalves Sarmiento, e atualmente, a Escola Nestorina Abrantes funciona com um total de 132 alunos, divididos entre Ensino Médio Regular e EJA de Ensino Médio.

A instituição possui um corpo docente composto por 11 professores, sendo somente um professor de História, e 14 funcionários de apoio.

A Escola Nestorina Abrantes faz somente quatro anos que trabalha com a modalidade EJA. Hoje, a escola é dirigida pela diretora Maria de Lourdes Gomes de Abrantes.

Segundo o Projeto Político Pedagógico (PPP), a Escola busca a participação da comunidade para o desenvolvimento global do aluno, sendo que o objetivo da Escola é tornar um espaço agradável através da sociedade, estando à serviço da transformação social, sendo compromissada e atuante, procurando redefinir conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da cidadania.

A escola trabalha para implementar e melhorar as práticas da aprendizagem através da tecnologia, fazendo simulados, avaliação continuada em sala de aula, semana cultural, calendário anual, resultado final, projetos, ampliando o saber do aluno, desenvolvendo de forma significativa para sua vida social e profissional. A mesma preocupação é percebida com a Educação de Jovens e Adultos que não tiveram acesso ao Ensino Médio Regular, dando prosseguimento de qualidade para o profissional.

Segunda a diretora Maria de Lourdes, “a Escola Nestorina Abrantes tem a função de qualificar o aluno para a participação social, visando a formação do cidadão para o mundo do trabalho de formar e garantir o seu acesso e permanência nele, bem como busca a formação intelectual e tecnológica”.

A Escola Nestorina Abrantes hoje passa não só por grandes potencialidades como também dificuldades:

### QUADRO 3

#### Potencialidades e dificuldades da Escola Nestorina Abrantes

POTENCIALIDADES	DIFICULDADES
Direito de acesso assegurado aos alunos	Dificuldade para o resultado do IDEB
Professores habilitados dentro de sua própria disciplina	Pouco interesse dos alunos na aprendizagem, tanto na parte de leituras e interpretação, como na parte de cálculos.
Infraestrutura adequada	
Oferta de Ensino Médio e EJA Médio	
Participação da família no processo ensino-aprendizagem	

**Fonte:** diretora Maria de Lourdes.

Uma das grandes dificuldades da Escola hoje é a nota do IDEB, que é de 3,5. A Escola tenta inverter essa situação, mas segundo a diretora Maria de Lourdes, o desinteresse dos alunos é grande.

Além disso, a escola conta com a comunidade ao seu favor. A participação das famílias em reuniões nas escolas é de grande importância e essa participação faz com que os alunos se engajem mais nos estudos.

A escola também disponibiliza de uma boa sala de informática e de um professor para sua atuação, servindo tanto para os alunos uma vez na semana como também está disponível para os professores. A questão da tecnologia vem crescendo bastante, ou seja, diante da realidade descrita, surge o desafio de implantar a tecnologia na escola.

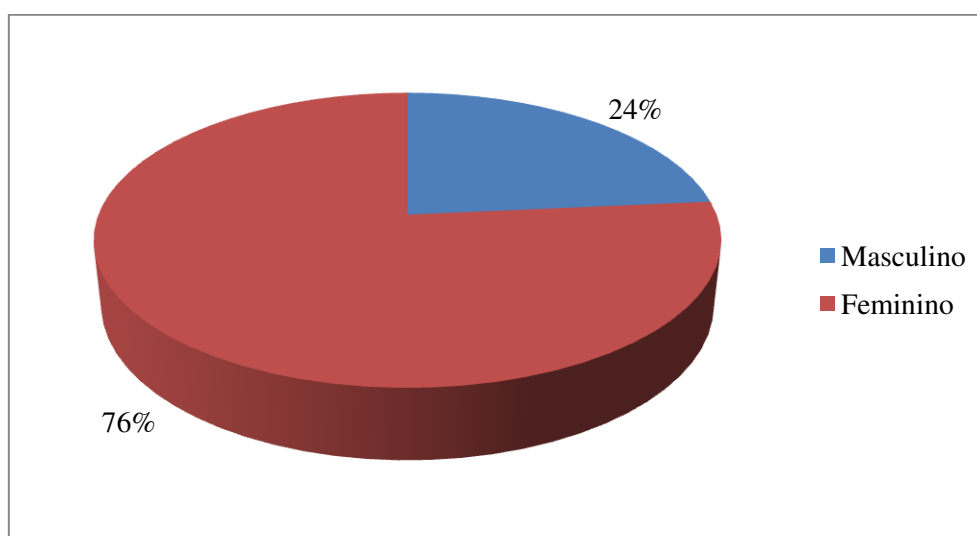
Levando em consideração as especificidades da Escola Nestorina Abrantes, não podemos negar que a escola também passa por vários problemas, e para detectar, analisar e sugerir possíveis soluções dos problemas, os professores formaram grupos, por área de conhecimento e tiveram um tempo para discutir, classificar em ordem de importância os problemas, levantando propostas de possíveis soluções dos problemas. Dentre elas está a questão da dificuldade na leitura e na escrita dos alunos; poucos livros na biblioteca, inclusive para a turma da EJA; falta de xerox para atender as necessidades dos alunos como para os professores, entre outros.

### 3.2. Questionários aplicado - perfil dos alunos

Aplicado na turma EJA do 2º ano Ensino Médio, o questionário foi peça fundamental para a aplicação desse projeto. Tendo como objetivo maior analisar o Ensino de História nessa modalidade, foram 17 alunos, buscando analisar também questões mais pessoais (se eles trabalham, se tem filhos, do que mais gostam na escola), contribuindo assim, para uma melhor compreensão.

O questionário foi aplicado no mês de abril de 2015, durante aulas concedidas pela instituição e pelo professor em sala de aula. As perguntas foram fechadas (com alternativas) e abertas (onde o aluno pôde escrever o que quisesse).

#### 1 - Gênero dos alunos



**Gráfico 1:** gênero dos alunos. Fonte: dados coletados na pesquisa

De acordo com o resultado do gráfico 1, podemos observar que 76% dos alunos são do sexo feminino e 24% do masculino. Poderíamos supor, então, que as mulheres teriam mais interesse para os estudos que os homens?

Em 2009, em uma pesquisa divulgada pelo IBGE, foi mostrado que 50% dos estudantes da EJA eram mulheres. Ana Rita Barbosa (2012) discute em sua pesquisa os impactos da EJA na vida de mulheres no município de Barra de Santana-PB nos anos de 2002 a 2005. Eram em sua maioria mulheres que tinham filhos no ensino regular, que viviam na zona rural, trabalhando em casa e na roça, "e tomaram a decisão de voltar aos estudos, já que em algum momento de suas vidas deixaram de estudar".

Esses dados são importantes, pois no que diz respeito às políticas de gênero voltadas para a educação, ainda é pouco visível essa discussão. Atualmente foram contestadas na discussão sobre o Plano Nacional de Educação quando o debate acontecia nos estados.

Não podemos esquecer que os estudos sobre as relações de gênero e educação no Brasil são recentes, e foi somente a partir de 1990 que ganhou maior visibilidade nas pesquisas educacionais. Para Araújo (2007), o PNE (Plano Nacional de Educação) não levou em consideração as questões referentes às desigualdades de gênero. Logo, as discussões oficiais que regem os currículos e os documentos norteadores para a educação no Brasil não abriu espaço para essa demanda por um longo tempo.

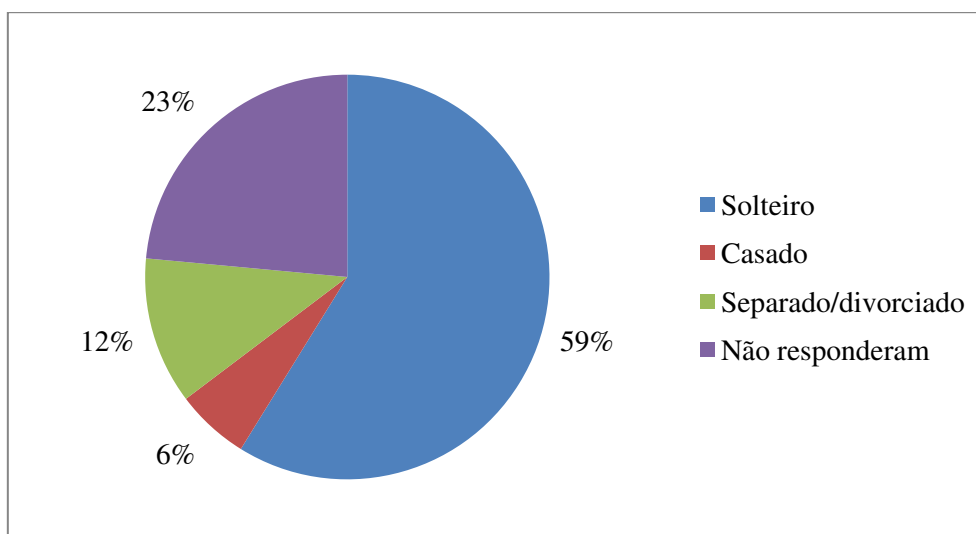
Também percebemos, comparando a pesquisa de Barbosa (2012) com a nossa, que a faixa etária dessas mulheres na EJA mudou, ou seja, a maioria está entre 19 e 40 anos, muitas são solteiras e não tem filhos. Ao contrário do que a autora aponta em sua pesquisa, que era uma média de 39 a 60 anos.

Esses dados também são muito importantes porque nos mostra a diferença no perfil das mulheres que hoje procuram a EJA e que, portanto, também influencia na sua maneira de perceber o ensino de História nessa modalidade.

O quadro abaixo reforça o que falamos: a maioria dos alunos é solteira.

## **2 - Estado civil**





**Gráfico 2:** estado civil dos alunos. Fonte: dados coletados na pesquisa

O gráfico 2 mostra que 59% dos alunos são solteiros; 6% casados; 12% divorciados e 23% não quiseram responder. Isso mostra que a maioria dos alunos que está tentando concluir seus estudos não possui família formal. Grande parte é da zona rural e enfrenta grandes dificuldades, principalmente no final do ano letivo, principalmente com a questão do transporte escolar.

Outro ponto interessante é que a maioria não tem filhos e não trabalha em emprego formal. Esse novo contexto para a EJA confirma o que muitas pesquisas falam sobre a evasão nessa modalidade. Entre as motivações está o distanciamento do espaço escolar e do interesse desses indivíduos. Ao adentrar na escola, o aluno já possui uma bagagem de vivências e histórias, nesse contexto, são variedades de culturas que a escola deveria trabalhar.

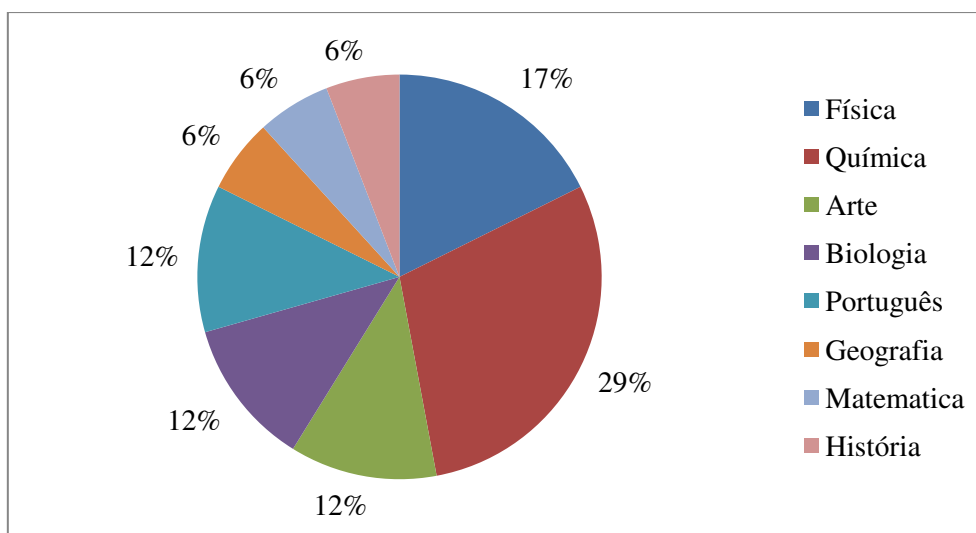
É importante não só respeitar como inserir as problemáticas desses indivíduos no contexto escolar. Segundo Gadotti (2011, p. 39):

Ler sobre a educação de jovens e adultos não é suficiente. É preciso entender, conhecer profundamente, pelo contato direto, a lógica do conhecimento popular, sua estrutura de pensamento em função da qual a alfabetização ou aquisição de novos conhecimentos têm sentido.

Desta forma, percebemos pela própria fala dos alunos que existe um distanciamento e um desgaste dessa relação escolar. Embora muitos não tenham um emprego com carga horária, afirmaram ajudar seus pais principalmente na agricultura, o

que dificultaria a conciliação entre o estudo e o trabalho, até porque a escola não funciona no período noturno, o que seria melhor para os alunos.

### 3 - A disciplina favorita



**Gráfico 3:** disciplinas favoritas dos alunos. Fonte: dados coletados na pesquisa

O gráfico 3 mostra o resultado dos alunos entrevistados respondendo no questionário sobre sua disciplina favorita: 17% Física, 29% Química, 12% Arte, 6% Geografia, 6% Matemática, 12% Biologia, 12% Português, 6% História.

Trabalhar com a turma EJA exige um tipo de formação de ensino diferenciada por se tratar de alunos que muitas vezes são trabalhadores e optam pelo ensino dessa modalidade porque o “ensino é mais fácil” (como escreveu uma aluna no questionário).

Nota-se que apenas 6% dos alunos optam pela disciplina História. É a partir daí que entra o papel do professor. O professor de História da EJA deve ter uma formação especial, que lhe permita compreender os anseios e necessidades dessas pessoas.

Geralmente, os alunos não só da EJA, mas também de outras modalidades, trazem uma concepção prévia de que a História estuda o passado, de que “tudo em História é passado”. Essas são concepções da maioria das escolas brasileiras que ainda ensinam essa forma tradicional de tempo linear. Assim, alunos da EJA chegam a pensar que as obras e documentos históricos são verdades absolutas inquestionáveis. Isso acaba fazendo com que o aluno não goste da disciplina. E o pior é saber que hoje muitas escolas não acabaram com a tradicional “decoreba”.

O professor, por sua vez, deve estar atento a essa questão. Deixar de lado o tradicional e buscar meios para que o aluno possa realmente saber que história não é só passado. História é presente. Comparar textos didáticos que tenham visões diferentes sobre o mesmo tema, comparar materiais diversos que tratem de assunto atual e relacionar o tema a outros momentos históricos, são exemplos de como melhorar o ensino deixando de lado o método tradicional.

Além disso, muitas vezes os alunos da EJA são tratados como crianças, já que não existe uma diferenciação entre o conteúdo ministrado na EJA daquele ministrado na educação básica. Embora existam publicações do próprio MEC direcionando para essas questões, nas escolas presenciamos certo distanciamento.

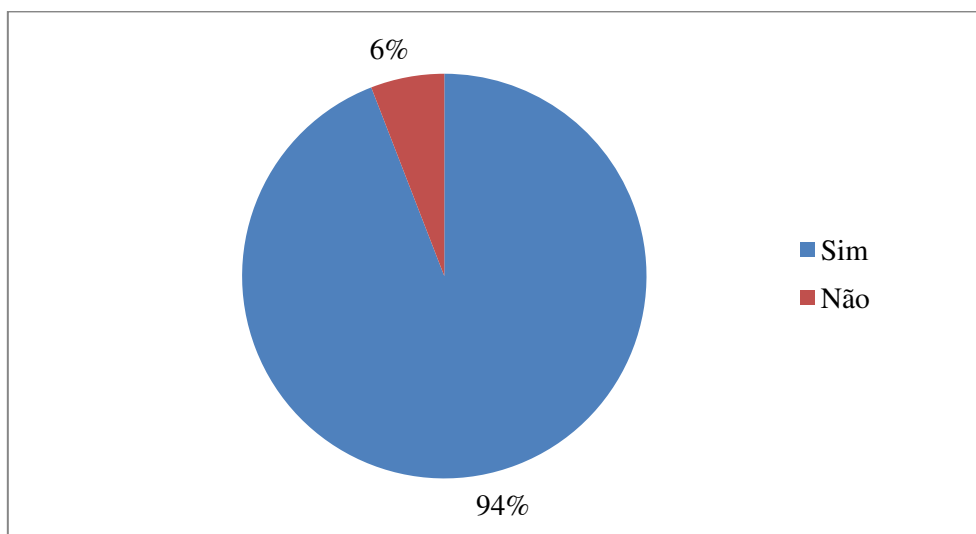
Para Freire (2007), não basta estar preparado para ministrar os conteúdos, se esses não fazem parte do cotidiano do aluno. Nesse caso, quem são esses jovens que frequentam essa modalidade? São da zona rural, são das áreas periféricas? Quais os motivos que os fizeram procurar a EJA? Essas experiências não podem ser desconsideradas.

Nossos entrevistados, quando perguntados pelos sonhos e desejos, responderam: 37% querem terminar os estudos e se formar; 13% querem trabalhar; 25% querem casar e ter filhos; 25% não responderam.

Nesse caso, constata-se que a maioria dos alunos pretende terminar os estudos e se formar, isso mostra um interesse maior nos estudos. Querem terminar os estudos para conseguir melhorias, seja no mercado de trabalho ou até mesmo por satisfação própria. Saber o que o aluno deseja também é de suma importância nesse processo de ensino e aprendizagem, até porque só depois dessa interação se torna possível trabalhar um sentido de história para esse público. Muitos são excluídos socialmente, logo, a disciplina História pode ser pensada enquanto possibilidade de reflexão crítica a respeito de sua realidade social vivida.

Essa preocupação deve estar presente na metodologia utilizada pelo professor, por isso que quando perguntamos sobre o que deveria mudar na disciplina História, a maioria dos alunos respondeu que não mudariam nada, ao passo que alguns responderam que deveriam ser aulas com *slides*, filmes, e mais atualidades. Percebemos que existe uma naturalização por parte dos alunos também, pois apontam que nada deveria mudar.

#### 4 -O gosto pela leitura



**Gráfico 4:** gosto pela leitura. Fonte: dados coletados na pesquisa

Verifica-se no gráfico 4 que 94% dos alunos gostam de ler e apenas 6% não gostam. Como podemos observar, são dados relevantes para a educação. Assim, podemos constatar resultados positivos para o ensino-aprendizagem. E esperamos em constatar que também a maioria quer prestar vestibular e dar continuidade aos estudos. Quanto ao curso que querem atuar, a maioria respondeu ser na área da saúde e não na educação.

Também perguntamos o que eles mais gostam da disciplina História: 23% dos alunos responderam que gostam das explicações, 12% dos alunos responderam que gostam do professor, 41% responderam que gostam das aulas, e 24% alunos não responderam.

Houve um diálogo com o professor de História da referida escola. O professor Guerhansberger informa que é uma turma muito complicada de ensinar, pois é um tipo de ensino diferenciado dos demais, diversidade na questão da idade, a maioria é da zona rural e essas pessoas faltam com frequência, pela falta muitas vezes do transporte não ter acesso aos sítios. É um tipo de turma que o professor deve estar ligado à estes diversos fatores.

Confesso que fiquei surpresa quando no questionário foi perguntado sobre o que eles mais gostam na disciplina História e a maioria respondeu que gostam das aulas. E foi a partir daí que cheguei até o professor de História da Escola Nestorina Abrantes e indaguei sobre a metodologia aplicada.

Vale salientar que a Escola Nestorina Abrantes disponibiliza somente de um professor de História para todas as turmas. O professor Guerhansberger aplica as aulas na EJA nas quartas e quintas-feiras.

Para que o aluno goste de uma boa aula, é necessário que o professor faça um bom planejamento, isto é, que o professor elabore suas atividades fazendo o planejamento dos conteúdos. O planejamento de aula é de fundamental importância, pois possibilita ao professor organizar os conteúdos e ministrar suas aulas diárias.

A educação, a escola e o ensino são os grandes meios que o homem busca para poder realizar o seu projeto de vida. Por tanto, cabe à escola e aos professores o dever de planejar a sua ação educativa para construir o seu bem viver (MENEGOLLA; SANT'ANNA, 2001, p.11).

É necessário que o professor planeje cada aula. Porém, apesar da grande importância do planejamento de aula, sabemos ainda que muitos professores, até mesmo pela questão de tempo disponível, optam por aulas improvisadas, o que prejudica o processo de ensino-aprendizagem. Mas o que os alunos responderam no questionário é que a maioria deles gosta das aulas de História. Isso mostra que o professor de História elabora e faz planejamento de suas aulas.

Acredito que para que os alunos gostem das aulas é necessário que o professor possua uma boa metodologia. A função do professor na EJA é usar metodologias que favoreçam o processo de construção do ensino-aprendizagem.

É através dessa metodologia baseada em um ensino voltado para o presente, que Guerhansberger Sarmiento, professor de História, aplica as aulas na Escola Nestorina Abrantes. Mesmo se utilizando do livro didático do Ensino Médio, sempre procura comparar textos didáticos que tenham visões diferentes com o mesmo tema, comparar matérias de diversos que tratem de assunto atual e relacionar o tema a outros momentos históricos.

O professor muitas vezes deve estar atento à questão do livro didático. Segundo o MEC:

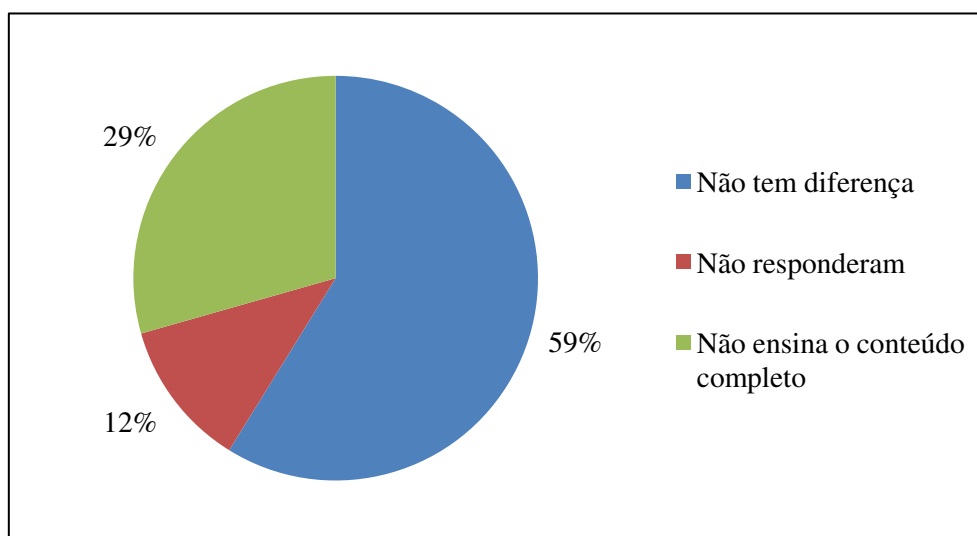
Muitas vezes os professores trocam o que seria o seu planejamento pela escolha de um livro didático. Infelizmente, quando isso acontece, na maioria das vezes, esses professores acabam se tornando simples administradores do livro escolhido. Deixam de planejar seu trabalho a partir da realidade de seus alunos para seguir o que o autor do livro considerou como mais indicado (MEC, 2006, p. 40).

A Escola não disponibiliza livros didáticos para a modalidade EJA, fazendo com que o professor da referida escola opte por ensinar através do livro do Ensino Médio. Há de ter cuidado em relação a isso, pois como mostra a citação acima, muitos professores se apegam somente ao livro didático e deixam de fazer o planejamento com o cotidiano e realidade dos alunos.

Outras pesquisas já apontam e o próprio material produzido pelo MEC também percebe, é que é comum os professores da EJA acharem que a disciplina História nessa modalidade é simplificação dos conteúdos de História Geral e do Brasil destinados às crianças e adolescentes que frequentam os cursos ministrados em oito anos.

Muitos defendem a ideia de que esses alunos, além de não ter o mesmo tempo do ensino regular, possuem muitas dificuldades de aprendizagem, já que ficam alguns anos afastados da escola. O risco dessa análise é acreditar que não existe saída para a EJA e que esses alunos já estão fadados ao fracasso.

## 5 - A diferença de estudar na EJA



**Gráfico 5:** a diferença de estudar na EJA para os alunos da Escola Nestorina Abrantes. Fonte: dados coletados na pesquisa

Com o gráfico 5 verifica-se que 59% dos alunos disseram que o ensino da EJA não tinha diferença com relação ao ensino regular; 29% não responderam e 12% responderam que a diferença de estudar na EJA é que não ensina o conteúdo completo e que a média é menor. Percebemos na fala dos alunos que eles não se percebem como alunos diferenciados dos demais, embora 12% tenham apontado o tempo como fator

diferenciador, então talvez o problema esteja em como a própria escola percebe esses alunos e essa modalidade.

Mesmo sendo um ensino em modalidade diferenciada, em que alunos terminam duas séries em um único ano, muitas vezes torna para o professor impossível passar o conteúdo completo, mas essa não é uma dificuldade apenas da EJA.

Por isso, o próprio MEC orienta a opção dos eixos temáticos ao invés dos conteúdos lineares. No entanto, em um levantamento realizado junto a Secretaria de Educação, constatou-se que a grande maioria dos professores da EJA (63%) organiza os conteúdos de História do Brasil e do mundo em tempo linear (Proposta curricular para EJA, 2013 p. 124).

Essa organização do programa de História em eixos temáticos procura garantir a autonomia e a reflexão do professor na escolha dos conteúdos e métodos de ensino.

Trata-se de uma concepção metodológica que estimula o professor a organizar conteúdos e atividades a partir da realidade que ele enfrenta em sala de aula, valorizando reflexões sobre as relações que a História, em especial a História do Brasil, estabelece com a realidade social vivida pelo aluno jovem ou adulto. Subtema 1 Migrações, cultura e identidades; Subtema 2: Trabalho e relações sociais; Subtema 1: Relações de poder e conflitos sociais; Subtema 2: Cidadania e cultura contemporânea (Proposta curricular para EJA, 2013, p. 129).

Embora os eixos temáticos não sejam de fato levados em consideração na escola, e as dificuldades sejam muitas, os alunos da EJA afirmaram que gostam da escola. Perguntados no questionário sobre o que mais gostam na escola, 17% gostam da biblioteca; 12% dos colegas; 12% da merenda; 6% do professor; 23% do aprendizado; 6% do *wi-fi*; 12% das aulas; 12% não responderam.

Com relação à importância da História se os conteúdos aplicados em sala de aula são importantes, 76% responderam que sim e apenas 24% não responderam a pergunta do questionário.

É muito bom saber que a maioria dos alunos tem a concepção de que apreender História é importante. Nesse caso, embora os problemas apontados tanto pelo professor como pelos alunos, e da dificuldade na formação do professor de História para EJA, é possível pensar em outras maneiras e formas de construir um ensino mais pautado no cotidiano e nas experiências dessas pessoas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Discutir as questões referentes à Educação de Jovens e Adultos nos levou a buscar fontes de informações que nos permitiram conhecer de fato essa modalidade de ensino.

Vimos que a Educação de Jovens e Adultos foi pensada como um ensino voltado para o olhar crítico, voltado para a conscientização de uma educação popular, como ensina Paulo Freire em seus estudos, que fosse voltada para uma população menos favorecida economicamente e marginalizada da sociedade. Essa modalidade de ensino mostrou que é possível uma educação diferenciada, uma educação capaz de formar alunos críticos de um saber.

Com relação à pesquisa, foi realizada na Escola Estadual Nestorina Abrantes, na turma do 2º ano da modalidade EJA, através de questionários que nos permitiram constatar pontos positivos como negativos.

A mudança do ensino regular para a modalidade EJA pode ter prejudicado o desempenho dos alunos, que ficaram sem material didático apropriado. Em compensação, notamos que a maioria dos participantes tem o interesse de terminar o Ensino Médio e cursar o Ensino Superior, o que mostra um interesse maior nos estudos. Querer terminar os estudos para conseguir melhorias, seja no mercado de trabalho ou até mesmo por satisfação própria.

Dessa forma, compreendemos que o Ensino de História para os alunos da EJA ainda exige muita atenção, mais investimentos e empenhos. Durante a pesquisa e quando da realização deste trabalho, obtivemos um grande aprendizado, principalmente quanto à forma de metodologia em sala de aula. Através do questionário, notamos que é preciso trabalhar o ensino de História com temas geradores extraídos do cotidiano dos alunos, e a partir daí os alunos participam de debates, observam temas, cenas e *slides* de sua realidade. Talvez seja o que está faltando na maioria das escolas brasileiras: um ensino de História voltado para a realidade dos alunos.

Assim, na busca por compreendermos melhor a Educação de Jovens e Adultos, esperamos continuar nos empenhando a fim de contribuirmos para a educação brasileira.



## REFERÊNCIAS

AMORIM, Maria Gorete Rodrigues de. Aspectos que caracterizam a Especificidade da Atividade do(a) Educador(a) de Jovens e Adultos. In: Congresso Internacional Da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos: Educação e Aprendizagem ao longo da vida. **Anais**. João Pessoa: UFPB/UFPE/UFRN, 2010.

ARAÚJO, Bernardina. Contextos e textos das relações de gênero: um diálogo com a legislação educacional. In: CAVALCANTE, Janayna; OLIVEIRA, Antonio Marcos A. (Orgs.). **Educação: territórios em contato**. Recife: Bagaço, 2007

BARBOSA, Ana Rita. Os impactos da educação de jovens e adultos na vida de mulheres no município de barra de Santana-PB. In: XVII Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Sobre a Mulher e Relações de Gênero. **Anais**. João Pessoa: UFPB/CE, 2012. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/252/233>>. Acesso em: 26/11/2015

BRASIL. **História**. Material da Proposta Curricular do 2ª Segmento. Ministério da Educação, 2013. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol2\\_historia.pdf](http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol2_historia.pdf)>. Acesso em: 14/04/2015.

CAVALCANTI, Márcia Molina; ANDRADE, Carlos Drummond de; MOURA, Johnson Pontes de. Estudo da política da educação de jovens e adultos (EJA) no Brasil. **Conteúdo Jurídico**. [s.v.], [s.n.], [s.p.], 2009. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/pdf/cj029585.pdf>>. Acesso em: 15/04/2015

CERVO, A.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia Científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COLAVITTO, Nathalia Bedran; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Educação de Jovens e Adultos (EJA): A Importância da Alfabetização. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v. 5, n. 1, [s.p.], 2014. Disponível em: <[http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes\\_pdf/educacao/v5\\_n1\\_2014/Nathalia.pdf](http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Nathalia.pdf)>. Acesso em: 08/05/2015.

COSTA, Adailton Coelho da. **Mamanguape: a Fênix Paraibana**. Campina Grande: GRAFSET, 1986.

DIAS, Alder de Sousa. Legado de Paulo Freire à EJA da Escola Cabana. **Revista Educação Online PUC-Rio**, n. 14, p. 71-88, ago./dez., 2013.

DOMBOSCO, Cristiane Teresa. A legislação educacional e o conceito de qualidade na educação de jovens e adultos: princípios e orientações. III Congresso Ibero Americano de política e administração da educação. **Anais**. Zaragoza, Espanha, 2012. Disponível em: <[http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/ChristianeTeresaDombosco\\_GT1.pdf](http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/ChristianeTeresaDombosco_GT1.pdf)>. Acesso em: 30/05/2015.

FREIRE, Ângelo Augusto Coelho. O Paradigma da prática avaliativa na Educação de Jovens e Adultos. In: Congresso Internacional Da Cátedra Unesco de Educação de Jovens e Adultos: Educação e Aprendizagem ao longo da vida. **Anais**. João Pessoa: UFPB/UFPE/UFRN, 2010.

FREIRE, Paulo. Cidadão do mundo. In: GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Orgs.). **Educação de Jovens e Adultos: teoria, prática e proposta**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José. (Orgs.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

GONÇALVES, Edneia. **Alfabetização Solidária, 13 anos – percursos e parcerias**. São Paulo: Alfabetização Solidária, 2009.

JANUZZI, Gilberta Martino. **Confronto pedagógico: Paulo Freire e Mobral**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

LIMA, Ivana Maria Medeiros de. **O fórum de educação de jovens e adultos do estado da Paraíba: uma avaliação da perspectiva dos participantes dos primeiros cinco anos de existência (1999-2004)**. 2006. 148p. Dissertação [Mestrado]. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2006.

LOPES, Selva Paraguassu; SOUSA, Luzia Silva. EJA: uma educação possível ou mera utopia? **Revista Alfabetização Solidária (Alfasol)**, v. 5, 2004. Disponível em: <[http://www.cereja.org.br/pdf/revista\\_v/Revista\\_SelvaPLopes.pdf](http://www.cereja.org.br/pdf/revista_v/Revista_SelvaPLopes.pdf)>. Acesso em: 18/06/2015.

MEDEIROS, Maria das Neves de. A educação de jovens e adultos como expressão da educação popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire. In: V Colóquio Internacional Paulo Freire. **Anais**. Recife, 2005. Disponível em: <<http://goo.gl/UayOpo>>. Acesso em: 30/06/2015.

MELO, Cristiane Silva; IVASHITA, Simone Burioli. Os movimentos de cultura popular e as contribuições de Paulo Freire para a alfabetização e letramento. XVII Congresso de Leitura do Brasil. **Anais**. Campinas, SP: ALB, 2009. Disponível em: <[http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes\\_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE\\_4148.pdf](http://alb.com.br/arquivo-morto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem02/COLE_4148.pdf)>. Acesso em: 21/05/2015.

PAIVA, Vanilda. **Perspectivas e dilemas da educação popular**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

PARAÍBA. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Operacionais para o Funcionamento das Escolas da Rede Estadual de Ensino**. 2015. Disponível em: <<http://static.paraiba.pb.gov.br/2013/12/Diretrizes-Operacionais-SEE-PB-2015.pdf>>. Acesso em: 17/07/2015.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Educação para jovens e adultos: ensino fundamental: proposta curricular - 1º segmento**. 3. ed. São Paulo: Ação Educativa; Brasília: MEC, 2001.

SANTANA, Daniella Cordeiro dos Santos de. EJA:breve análise da trajetória histórica e tendências de formação do educador de jovens e adultos. **Anais Fiped**. v. 1 , n. 1 , 2011. Disponível em: <[http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800\\_1862.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/28e93eb53881513e51959a43ae232800_1862.pdf)>. Acesso em: 03/10/2015

SANTOS, Carla Souza. A Educação de Jovens e Adultos no Brasil, nos anos de 1972 a 1978, através do MOBREAL. In: VI Congresso Luso – Brasileiro de História da Educação: Percursos e Desafios da Pesquisa e do Ensino de História da Educação.**Anais**. Uberlândia, 2006.

SILVA, Ana Paula Mendes. O PROEJA na Paraíba: possibilidades de reconfiguração da Educação de Jovens e Adultos. In: I Congresso Internacional da Cátedra Unesco da Educação de Adultos, 2010. **Anais**. João Pessoa: Editora UFPB, 2010.

SOARES, Maria Aparecida Fontes. **Perfil do aluno da EJA/ Médio na Escola Dr. Alfredo Pessoa de Lima**. 2007. Monografia (Pós-Graduação). Especialização em Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, 2007. 56p. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc\\_perfil.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/tcc_perfil.pdf)>. Acesso em: 30/07/2015.

STRELHOW, ThyelesBorcarte. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.38, p. 49-59, 2010.

ZUNTI, Maria Lúcia Grossi Corrêa. **A Educação de Jovens e Adultos promovida pelo MOBREAL e a Fundação Educar no Espírito Santo, de 1970 a 1990: uma análise dos caminhos percorridos entre o legal e o real**. 2000; Dissertação (Mestrado em Cursos de Mestrado e Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

## **APÊNDICES**

## APÊNDICE A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado a participar como voluntário (a) no **Ensino de história na educação de jovens e adultos** coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Rosemere O. de Santana e vinculado a **Unidade Acadêmica de Ciências Sociais UFCG**.

Sua participação é voluntária e você poderá desistir a qualquer momento, retirando seu consentimento, sem que isso lhe traga nenhum prejuízo ou penalidade. Este estudo tem por objetivo **compreender o ensino de história na educação de jovens e adultos**, se faz necessário **para a apresentação do trabalho final para conclusão do curso**.

Caso decida aceitar o convite, você será submetido(a) ao(s) seguinte(s) procedimentos:

#### **Entrevista**

Os riscos envolvidos com sua participação são: Não há riscos. Os benefícios da pesquisa serão: **Produz resultados favoráveis para o trabalho**.

Todas as informações obtidas serão sigilosas e seu nome não será identificado em nenhum momento. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de maneira que não permita a identificação de nenhum voluntário.

Se você tiver algum gasto decorrente de sua participação na pesquisa, você será ressarcido, caso solicite. Em qualquer momento, se você sofrer algum dano comprovadamente decorrente desta pesquisa, você será indenizado.

Você ficará com uma via rubricada e assinada deste termo e qualquer dúvida a respeito desta pesquisa, poderá ser requisitada a **Rosemere O. de Santana**, cujos dados para contato estão especificados abaixo.

**Dados para contato com o responsável pela pesquisa****Nome: Rosemere O. de Santana****Instituição: Universidade Federal de Campina Grandes UFCG****Endereço:****Telefone:****Email:**

Declaro que estou ciente dos objetivos e da importância desta pesquisa, bem como a forma como esta será conduzida, incluindo os riscos e benefícios relacionados com a minha participação, e concordo em participar voluntariamente deste estudo.

**Cajazeiras-PB,** \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica do voluntário ou responsável legal

\_\_\_\_\_  
Nome e assinatura do responsável pelo estudo

**APÊNDICE B**  
**QUESTIONÁRIO**

1. NOME \_\_\_\_\_
2. IDADE \_\_\_\_\_
3. ESTADO CIVIL \_\_\_\_\_
4. TEM FILHOS? ( ) SIM QUANTOS? \_\_\_\_\_ ( ) NÃO
5. QUANTAS PESSOAS MORAM COM VOCÊ? \_\_\_\_\_
6. ATUALMENTE VOCÊ TRABALHA? ( ) SIM ( ) NÃO. A QUANTO TEMPO \_\_\_\_\_  
QUAL A SUA RENDA MENSAL? \_\_\_\_\_  
TEM CARTEIRA ASSINADA? \_\_\_\_\_
7. SUA PROFISSÃO? \_\_\_\_\_  
COMO APRENDEU A ATUAL PROFISSÃO? \_\_\_\_\_  
GOSTA DELA? \_\_\_\_\_  
SUA PROFISSÃO INTERFERE NOS ESTUDOS? \_\_\_\_\_  
QUE PROFISSÃO VOCÊ ESCOLHERIA OU DESEJA PARA A SUA VIDA? \_\_\_\_\_
8. ATUALMENTE VOCÊ TRABALHA? ( ) SIM ( ) NÃO.  
A QUANTO TEMPO \_\_\_\_\_  
QUAL A SUA RENDA MENSAL? \_\_\_\_\_  
TEM CARTEIRA ASSINADA? \_\_\_\_\_
9. VOCÊ GOSTA DE LER? \_\_\_\_\_
10. QUAL SUA DISCIPLINA FAVORITA? \_\_\_\_\_
11. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NA ESCOLA? \_\_\_\_\_
12. FUTURAMENTE, PRETENDE PRESTAR VESTIBULAR? \_\_\_\_\_  
CURSO \_\_\_\_\_
13. QUAIS FORAM AS MOTIVAÇÕES QUE TE LEVARAM A ESTUDAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_
14. É MUITO DIFERENTE ESTUDAR NA EJA? QUAIS AS DIFERENÇAS QUE VOCÊ PERCEBE?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

15. QUAIS SÃO OS SEUS DESEJOS E SONHOS PARA O FUTURO?

---

---

16. O QUE VOCÊ APRENDEU EM HISTÓRIA?

---

---

O QUE VOCÊ APRENDEU FOI IMPORTANTE?

---

---

17. O QUE VOCÊ MAIS GOSTA NA DISCIPLINA HISTÓRIA?

---

---

18. COMO ACHA QUE DEVERIA SER A DISCIPLINA HISTÓRIA? O QUE DEVERIA ENSINAR?

---

---

19. NA SUA OPINIÃO, DE QUE FORMA A DISCIPLINA HISTÓRIA INFLUÊNCIA EM SUA VIDA?

---

---



## **ANEXOS**

## ANEXO 1

### FICHAMENTO

#### **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO NESTORINA ABRANTES – LASTRO (PB)**

- A Escola Estadual de Ensino Médio Nestorina Abrantes foi criada em 16 de julho de 1968 ;
- A referida escola esta localizada em um terreno amplo e arejado, à Rua Pedro Abrantes Ferreira, nº: 278,- Lastro (PB)
- Iniciou-se com os turnos manhã e tarde, eram assistidos 300 (trezentos) alunos, com quantidade de professores suficientes para a demanda dos dois turnos;
- Em 2008 foi implantado o Ensino Médio de 1º à 3º Série de nível Médio e em 2012 foi implantado a modalidade EJA de 1º à 3º Série de nível Médio atendendo assim, alunos de 14 à 40 anos de idade de ambos os sexos
- A unidade escolar atende uma comunidade de nível socioeconômico médio-baixo residentes nos setores circunvizinhos, oriundos de família de comerciantes, servidores públicos e trabalhadores rurais
- Em 2011, foi removidos todos os alunos do Ensino Fundamental para a Escola Municipal Ronaldo Gonçalves Sarmiento e atualmente a Escola Nestorina Abrantes funciona com um total de 132 alunos divididos entre Ensino Médio Regular e EJA de Ensino Médio;
- A instituição possui um corpo docente composto de 11 professores e 14 funcionário de apoio, todos capacitados e atendem todas as necessidades dos alunos e exigências da escola;
- Hoje, a Escola é Dirigida pela diretora Maria de Lourdes Gomes de Abrantes;
- A escola busca a participação da comunidade para o desenvolvimento global do aluno; o objetivo da Escola é tornar um espaço agradável através da sociedade, estando a serviço da transformação social, sendo compromissada e atuante procurando redefinir conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para o exercício da cidadania;
- No que se refere à prática pedagógica, podemos observar grandes desafios e baixos rendimentos dos alunos, o desinteresse destes pelo processo de ensino-aprendizagem e pouca participação neste, levando a escola estabelecer metas de exigência, priorizando a superação de tais deficiências;

- A escola trabalha para implementar e melhorar as praticas da aprendizagem através da tecnologia, simulados, avaliação continuada em sala de aula, semana cultural, calendário anual, resultado final, projetos, ampliando o saber do aluno, desenvolvendo de forma significativa para sua vida social e profissional mencionando a educação de jovens e adultos que não tiveram acesso ao Ensino Médio Regular, dando prosseguimento de qualidade para o profissional;
- A Escola Nestorina Abrantes tem a função de qualificar o aluno para a participação social, visando a formação do cidadão para o mundo do trabalho de formar e garantir o seu acesso e permanência nele, bem como busca a formação intelectual e tecnológica;
- A tarefa da Escola, junto com outras instancias sociais, preservar a identidade de um povo, contribuir para melhorar a educação brasileira, visando os resultados do IDEPB, as Olimpíadas de Português e Matemática, a tecnologia dentro da Escola, os resultados do ENEM e outros projetos realizados na escola;
- A Escola desenvolve projetos Políticos Pedagógicos com o objetivos de: Aprender e conhecer; Aprender e fazer; Aprender e conviver; Aprender e ser;
- Desenvolver a compreensão do outro e a percepção de pendências da globalização nos avanços científicos tecnológicos na reorientação ético-valorativa da sociedade;
- Desenvolver uma pratica educacional que favoreça ao aluno apropriar-se dos recursos culturais relevantes para a intervenção e participação ativa e coerente na vida em sociedade, dominando a língua falada e escrita, os princípios da reflexão da matemática, as coordenadas especiais e temporais que permitam a concepção do mundo, os princípios científicos, o domínio saber acumulado pela humanidade que estão presença nas varias concepções do papel da educação do mundo denominando entre outras exigências presentes no mundo atual;
- Sobre os métodos de ensino, a idéia de “aprender fazendo” deverão estar sempre presente, valorizando as tentativas experimentais, as pesquisas, a descoberta, o estudo do meio natural e social, o método de ensino e solução dos problema. Acentua-se a importância do trabalho em grupo, não apenas como técnicas mas com condição básica do desenvolvimento mental com ajuda dialética do professor. Dessa forma garante-se a oportunidade de colocar as soluções à prova, a fim de determinar sua utilidade para a vida. O nível de desenvolvimento potencial é determinar pelo o que o aluno pode fazer ou aprender mediante a interação com outras pessoas;
- Assim neste estabelecimento a metodologia sugerida para que seja empregada no processo de ensino-aprendizagem deverá ser desenvolvida através de praticas

pedagógicas tais como: gincanas; debates; produção de texto; pesquisa bibliográfica na biblioteca; seminário; simulado; trabalho em grupo; estudo de campo; semana de jogos; oficinas; palestras viagens de estudos;

- A avaliação não se limita ao julgamento sobre o sucesso ou fracasso do aluno, é compreendida como um conjunto de atuação que tem a função de alimentar, sustentar e orientar e intervenção pedagógica. Através dos resultados que se pretende obter, pode-se constatar o progresso, as dificuldades e se fazer uma reordenação de todo trabalho desenvolvido;
- A avaliação deve estar ligada a todo processo educativo e pedagógico, sendo ela continuada, processual, participativa e cumulativa, considerando as inteligências múltiplas. Os aspectos qualitativos deve prevalecer sobre os quantitativos. A avaliação deverá acontecer de forma consciente, justa e condizente com a realidade educacional existente e de acordo com o regimento interno e as resoluções vigentes;
- **Ações:** planejamento inicial, com leituras das diretrizes operacional; planejamento semanal trabalhando a necessidade do aluno; regras para uma boa convivência; participação dos jogos estaduais, reunião mensal com os pais e professores, reunião do conselho escolar;entre outros;
- **Metas:** Elevar o índice de aprovação dos alunos nas disciplinas Língua Portuguesa, Matemática, Química e Física; dar ênfase à cultura, esporte e lazer; planejar como usar os meios tecnológicos na sala de aula, desenvolver ações voltada para formar hábitos de preservação do patrimônio político e ambiental; desenvolver estratégias para reduzir o índice de reprovação

## **Observações**

A Escola trabalha com o Ensino de Jovens e Adultos há quatro anos;  
A Escola possui 11 professores e somente 01 como professor de História;  
Somente duas turmas de alunos da EJA, totalizando 25 alunos;  
A Escola não tem livro didático para a turma EJA;  
A nota do IDEB é de 3,5;  
A Escola dispõe de uma boa sala de informática;  
A avaliação da aprendizagem é feita bimestralmente e a recuperação é continua;  
Boa participação dos pais.